

### 5.3.3. Diretriz 3 - Modernização da estrutura física e tecnológica da SES/DF


**Tabela 82** - Execução Orçamentária da Diretriz 3, Eixo 3 - (PDS: PAS/2016), dotação inicial, autorizada, disponível, empenhado e liquidado, recursos empenhado x autorizado, recursos liquidado x empenhado no ano de 2016

Execução Orçamentária da Diretriz 3- Eixo 3	Lei (Dotado)	Dotação autorizada	Disponível	Empenhado	Liquidado	Recursos empenhado / autorizado	Recursos liquidado / empenhado
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	%	%
<b>TOTAL</b>	<b>233.467.128,00</b>	<b>204.176.559,86</b>	<b>106.689.360,21</b>	<b>97.487.199,65</b>	<b>54.304.218,85</b>	<b>47,75</b>	<b>55,70</b>

Fonte: GEPLoS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO, 31/01/2017.

#### Objetivo 3.3.1. Fortalecer e desenvolver o serviço de engenharia e arquitetura

**Tabela 83** - Indicadores do objetivo 3.3.1, Diretriz 3 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016), unidade de medida, meta programada, resultado e situação, 2016

Indicador Objetivo 3.3.1 - D3 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016)	Unidade de Medida	Meta Programada	Resultado	Situação
Número de profissionais (arquitetos, engenheiro mecânico e físico) constituintes da equipe DEA/SULIS	Nº	10	Indicadores foram cancelados devido a ação ter sido cancelada.	
Número de equipe de profissionais (arquitetos, engenheiros e físico) para a DIVISA/SAIS	Nº	1		
Percentual de cobertura de equipamentos de infraestrutura com contratos de manutenção de preventiva e corretiva	%	60	39,74	

Fonte: GEPLAN/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.


**Quadro 43** - Ações referentes ao objetivo 3.3.1, Diretriz 3, Eixo 3 (PDS:PAS/2016), situação e observação

<b>Ações - Objetivo 3.3.1 - D3 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016)</b>	<b>Situação</b>	<b>Observação</b>
Constituir equipe de profissionais para SINFRA/SES (arquitetos, engenheiros civil, engenheiros eletricitista e engenheiros mecânico, físico e clínico capacitados na área hospitalar)	Atrasada	Considerando que a contratação dos profissionais: Arquitetos, Engenheiros, é de responsabilidade da SEPLAG/DF, foi solicitado em Janeiro/2017 por esta SINFRA a contratação dos referidos profissionais para prestarem serviço nesta Secretaria de Estado de Saúde.
Constituir equipe de profissionais para DIVISA/SES (arquitetos, engenheiro civil, engenheiro mecânico e físico)	Atrasada	Considerando que a contratação dos profissionais: Arquitetos, Engenheiros, é de responsabilidade da SEPLAG/DF, foi solicitado em Janeiro/2017 por esta SINFRA a contratação dos referidos profissionais para prestarem serviço nesta Secretaria de Estado de Saúde.
Elaborar Plano de Ação para Contratualização e desenvolvimento da Manutenção predial preventiva e corretiva	Concluída	Em abril de 2016 os contratos de manutenção predial foram renovados pelo período de 12 meses, com vigência até abril de 2017.

Fonte: GEPLAN/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

**Objetivo 3.3.2.** Implantar modelo de gestão em serviços de Engenharia Clínica na SES-DF

**Tabela 84** - Indicadores do objetivo 3.3.2, Diretriz 3 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016), unidade de medida, meta programada, resultado e situação, 2016

<b>Indicador - Objetivo 3.3.2 - D3 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta Programada</b>	<b>Resultados</b>	<b>Situação</b>
Número de profissionais (arquitetos, engenheiro clínico e físico) constituintes da equipe DEA/SULIS	Nº	1	Ação cancelada	
Percentual de cobertura de equipamentos com contratos de manutenção médico hospitalares de preventiva e corretiva	%	40	21	

Fonte: GEPLAN/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

**Quadro 44** - Ações referentes ao objetivo 3.3.2, Diretriz 3 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016), situação e observação

<b>Ações - Objetivo 3.3.2 D3 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016)</b>	<b>Situação</b>	<b>Observação</b>
Concluir projetos executivos das obras Unidades de Atenção Especializada em Saúde - PPP - DF	Em andamento	A Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos (AGEP) – elaborou e monitora vários projetos para obras e reformas em 2018.
Concluir projeto executivo de 06 Unidades Básicas de Saúde-	Em andamento	Segundo informa a AGEP, existem 19 obras de novas UBS iniciadas.
Concluir processo de licitação para 06 Unidades Básicas de Saúde	Em andamento	Segundo informações da AGEP, o processo de licitação será realizado pela NOVACAP.
Iniciar as obras de 10 Unidades Básicas de Saúde	Em andamento	Foram iniciadas a construção de quatro Unidades Básicas de Saúde: 1. Ceilândia -

Ações - Objetivo 3.3.2 D3 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016)	Situação	Observação
		EQNP 16/20 (Contrato 19/2016-SES/DF); 2. Ceilândia - Quadra 500 Sol Nascente (Contrato 021/2016-SES/DF); 3. Samambaia - QR 210 (Contrato 020/2016-SES/DF) e 4. Sobradinho II - Fercal (Construída pela empresa CIPLAN).
Concluir as obras de 04 Unidades Básicas de Saúde	Em andamento	As quatro Unidades Básicas de Saúde iniciadas em 2016 têm previsão estimada de conclusão da obra para junho de 2017.
Concluir projeto executivo, licitar e iniciar ampliação de 03 Unidades Básicas de Saúde-SES-DF	Em andamento	Processo nº 060.007.032/2016. Tratado pela NOVACAP no processo nº 112.001.183/2016. UBS do Itapoã, UBS Arapoanga, UBS Águas Claras. Ainda em fase de elaboração.
Concluir projeto executivo, licitar e iniciar as reformas de 24 Unidades Básicas de Saúde - SES – DF	Em andamento	Segundo informações da AGEP, os projetos estão em momento preparatório, aprovações, licitações e contratação de empresa executora, 03 já foram concluídos.
Concluir projeto executivo para as Unidades de Atenção Especializada em Saúde-Ambulatoriais Especializadas e Hospitalares- SES-DF	Em andamento	Algumas obras já encontram-se em execução.
Licitar e iniciar ampliação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde-Ambulatoriais Especializadas e Hospitalares-DF	Em andamento	Todos com status de iniciado, segundo informações da AGEP/SES/DF.
Acompanhar o projeto de ampliação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde-Bloco II do Hospital da Criança de Brasília-HCB-SES-DF	Concluída	Obra em execução.
Concluir projeto executivo das REFORMAS nas Bases do SAMU - DF	Em andamento	Esses Processos estão na SINFRA/SES/DF em várias fases de andamento
Licitar e iniciar as REFORMAS nas Bases do SAMU - DF	Em andamento	Esses Processos estão na SINFRA/SES/DF em várias fases de andamento
Concluir projeto executivo das reformas das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Ambulatoriais Especializadas e Hospitalares - DF	Atrasada	Constam processos em andamento referentes a reformas pontuais nos Hospitais: HRPL, HRS, HMIB, HRT, HBDF, HRAN.
Licitar e iniciar as reformas das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Ambulatoriais Especializadas e Hospitalares - DF	Atrasada	Processo de licitação será realizado pela NOVACAP
Concluir projeto executivo das reformas das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - HBDF - DF (EP)	Concluído	Obra em execução da reforma parcial do HBDF.
Licitar e iniciar as reformas das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - HBDF - DF		
Concluir projeto executivo, licitar e iniciar as reformas das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Unidades do HRT, HRG E HRAN-	Em andamento	Esses Processos estão na SINFRA/SES/DF em várias fases de andamento. Conforme informação da AGEP/SES/DF está em tramitação as reformas das alas de

<b>Ações - Objetivo 3.3.2 D3 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016)</b>	<b>Situação</b>	<b>Observação</b>
QUALISUS - DF		fissurados e de queimados do HRAN.
Concluir projeto executivo das reformas das Unidades de Atenção em Saúde Mental – Secretaria de Saúde – DF	Em andamento	Esses Processos estão na SINFRA/SES/DF em várias fases de andamento.
Licitar e iniciar as reformas das Unidades de Atenção em Saúde Mental - Secretaria de Saúde – DF	Sem informação	Segundo, informação da assessoria técnica da SINFRA/SES/DF não existe processo tramitando.
Concluir projeto executivo das obras de ampliação das Unidades de Atenção em Saúde Mental-Centro de Atenção Psicossocial-CAPS-DF	Sem informação	Segundo, informação da assessoria técnica da SINFRA/SES/DF não existe processo tramitando.
Licitar e iniciar as obras de ampliação das Unidades de Atenção em Saúde Mental-Centro de Atenção Psicossocial-CAPS-DF	Sem informação	Segundo, informação da assessoria técnica da SINFRA/SES/DF não existe processo tramitando.
Concluir projeto executivo das obras das Unidades de Assistência Farmacêutica-SES-DF	Sem informação	A DIASF ainda não foi informada acerca desses projetos executivos.
Licitar e iniciar as obras das Unidades de Assistência Farmacêutica-SES-DF	Atrasada	Licitar e realizar obras não são atividades desta DIASF, no entanto, esta Diretoria não obsta em ser consultada ao que se fizer necessário.
Concluir projeto executivo para ampliação das Unidades de Vigilância em Saúde-SES-DF	Sobrestado	Segundo, informação da AGEP a proposta de estrutur para o serviço de verificação de óbitos (SVO) está previsto para 2018, visto não ter previsão orçamentária para 2017.
Licitar e iniciar reformas das Unidades de Vigilância em Saúde-SES-DF	Sobrestado	Segundo, informação da AGEP a proposta para ampliar a Rede de Frio será previsto para 2018, visto não ter previsão orçamentária para 2017.
Concluir projeto executivo para reforma de Unidade de Pronto Atendimento UPA	Sem informação	Segundo, informação da assessoria técnica da SINFRA/SES/DF não existe processo tramitando.
Licitar e iniciar reformas nas Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	Sem informação	Segundo, informação da assessoria técnica da SINFRA/SES/DF não existe processo tramitando
Concluir projeto executivo das obras dos Centros Especializado em Reabilitação - CER	Sem informação	Segundo, informação da assessoria técnica da SINFRA/SES/DF não existe processo tramitando.
Licitar e iniciar as obras dos Centros Especializado em Reabilitação – CER	Sem informação	Segundo, informação da assessoria técnica da SINFRA/SES/DF não existe processo tramitando.
Mapear e catalogar o quantitativo de equipamentos e a localização física do grupo de equipamentos passíveis de manutenção preventiva e corretiva;	Atrasada	Para o ano de 2017 está previsto a criação de um Sistema para controle e gerenciamento de equipamentos.
Elaborar contrato de manutenção preventiva e corretiva tendo como objeto o grupo de equipamentos catalogado e com previsão de acréscimos daqueles que perderão a garantia original	Atrasada	Conforme informações da DIEC/SINFRA foram iniciados processos para contratos de manutenção dos equipamentos médicos hospitalares.

Fonte: GEPLAN/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

## ANÁLISE DA DIRETRIZ 3 DO EIXO 3 - PDS:PAS/2016

**Tabela 85** - Resultado dos indicadores da Diretriz 3 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016) por objetivos, total de indicadores por objetivo, situação segundo a régua: superado, esperado, alerta, crítico e muito crítico

Objetivos - D3 - Eixo 3	Total de Indicadores	Superado	Esperado	Alerta	Crítico	Muito Crítico
Objetivo 3.3.1. Fortalecer e desenvolver o serviço de engenharia e arquitetura	1	-	-	-	1	-
Objetivo 3.3.2. Implantar modelo de gestão em serviços de Engenharia Clínica na SES DF	1	-	-	-	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	-	-	-	<b>2</b>	-

Fonte:GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

**Tabela 86** - Resumo dos Resultados dos Indicadores da Diretriz 3 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016), situação segundo a régua de M&A: superado, esperado, alerta, crítico e muito crítico

Resultado dos Indicadores - Diretriz 3 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016)	Quantidade	%
Crítico	2	100
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

Fonte:GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

### **Análises e considerações da Diretriz 3 do Eixo 3 PDS:PAS/2016:**

A Diretriz modernização estrutura física e tecnológica da SES/DF constam as ações e indicadores para monitoramento e avaliação de responsabilidade executiva da Subsecretaria de Infraestrutura da Saúde (SINFRA). O conjunto da ações programadas tinham como objetivos: 1. Fortalecer e desenvolver o serviço de engenharia e arquitetura, 2. Implantar modelo de gestão em serviços de Engenharia Clínica na SES DF. Sabe-se que a Engenharia clínica nos serviços de saúde é essencial para, controlar o patrimônio dos equipamentos médico-hospitalares e seus componentes; padronizar as aquisições de novas tecnologias, elaborar e controlar os contratos de manutenção preventiva/corretivas, porém a maioria ainda estão em andamento ou foram prorrogadas para os anos de 2017 e 2018.

### 5.3.4. Diretriz 4 - Ampliação, adequação e modernização da tecnologia da informação em saúde para qualificação dos serviços

**Tabela 87** - Execução Orçamentária da Diretriz 4, Eixo 3 (PDS:PAS/2016), dotação inicial, autorizada, disponível, empenhado e liquidado, recursos empenhado x autorizado, recursos liquidado x empenhado no ano de 2016

Execução Orçamentária Diretriz 4 - Eixo 3	Lei (Dotado)	Dotação autorizada	Disponível	Empenhado	Liquidado	Recursos empenhado / autorizado	Recursos liquidado / empenhado
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	%	%
<b>TOTAL</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>29.218.368,73</b>	<b>125.832,28</b>	<b>29.092.536,45</b>	<b>20.153.124,65</b>	<b>99,57</b>	<b>69,27</b>

Fonte: GEPLoS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO, 31/01/2017.

#### Objetivo 3.4.1. Assegurar investimentos permanentes para expansão da tecnologia da informação

**Tabela 88** - Indicador do objetivo 3.4.1, Diretriz 4 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016), unidade de medida, meta programada, resultado e situação, 2016

Indicador Objetivo 3.4.1 - D4 - Eixo 3 (PDS:PAS/2016)	Unidade de Medida	Meta Programada	Resultado	Situação
Percentual de ações executadas do Plano de Investimento	Nº	50		Indicador cancelado em decorrência da revisão do PDTI.

Fonte: GEPLAN/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

**Quadro 45** - Ações referentes ao objetivo 3.4.1, Diretriz 4, Eixo 3 (PDS: PAS/2016), situação e observação

<b>Ações - Objetivo 3.4.1 D4 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016)</b>	<b>Situação</b>	<b>Observação</b>
Elaborar o Plano de Investimento para expansão da tecnologia da informação	Em andamento	O Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI) encontra-se em revisão.
Reduzir os custos com os contratos em vigência na CTINF	Concluída	Foi reduzido em 30% os valores dos contratos aditivados.
Financiar os projetos de reestruturação da rede física e lógica nas Unidades de Saúde, por meio de consultoria especializada.	Canceladas	Ações incluídas na PAS-2017 com nova redação que melhor expressas o que foi programado na revisão do PDTI.
Financiar projetos para atendimento da área fim, com recursos da fonte 138		

**Fonte:** GEPLAN/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

**Tabela 89** - Indicador do objetivo 3.4.2, Diretriz 4 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016), unidade de medida, meta programada, resultados e situação, 2016

<b>Indicador - Objetivo 3.4.2 D4 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta Programada</b>	<b>Resultados</b>	<b>Situação</b>
Percentual de recursos de TIC modernizados e novos	Nº	25	Indicador cancelado em virtude da revisão do PDTI.	

**Fonte:** GEPLAN/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

**Quadro 46** - Ações referentes ao objetivo 3.4.2, Diretriz 4 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016), situação e observação

<b>Ações da PAS - Objetivo 3.4.2 - D4 - Eixo 3 (PDS: PAS/2016)</b>	<b>Situação</b>	<b>Observação</b>
Inventariar os recursos de TIC da SES-DF	Prorrogada	Reprogramada para 2017.
Implantar a rede de comunicação em todas as Unidades de Saúde que não estejam interligadas	Andamento	Já foi instalado nas UBS o ESUS PEC
Apresentar o portfólio de soluções e serviços de TIC para todas as Unidades da SES	Cancelada	Por diversos problemas e desafios que a gestão da área ainda não conseguiu superar, essa ação foi cancelada.
Elaborar Plano de Investimento para ampliação e modernização do parque industrial e tecnológico da SES	Prorrogada	Ação será contemplada no PDTI para 2017.

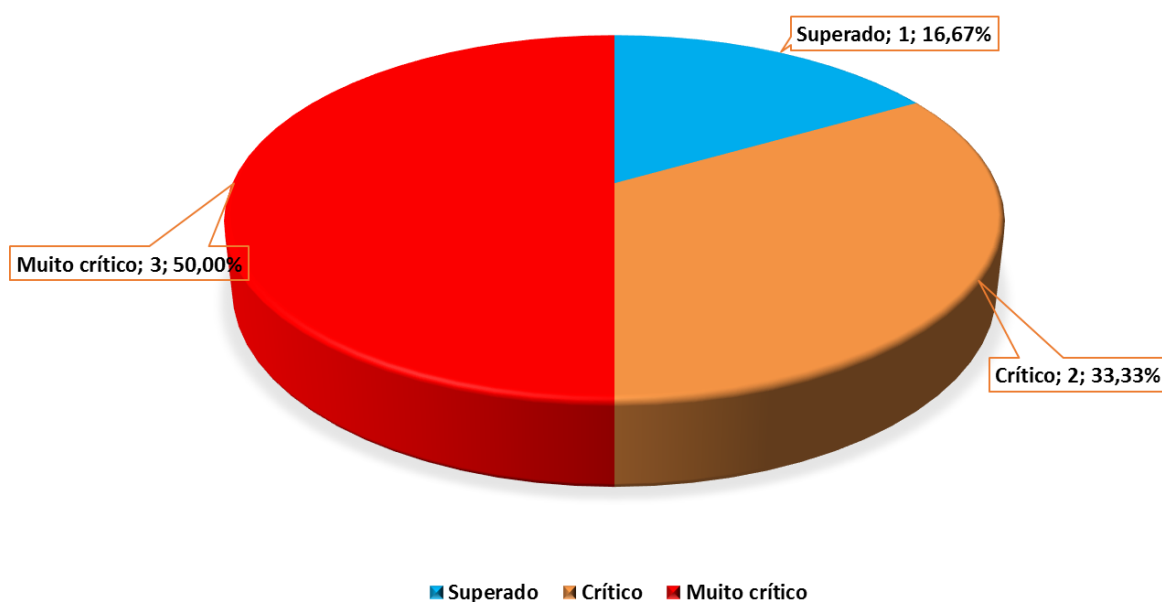
**Fonte:** GEPLAN/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, mar/2017.

## ANÁLISE DA DIRETRIZ 4 DO EIXO 3 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PDS:PAS/2016

A Diretriz 4, do Eixo 03 da PAS-2016, **Infraestrutura e Logística**, que propõe a ampliação, adequação e modernização da tecnologia da informação em saúde para qualificação dos serviços, não foi realizada conforme foi programada. A maioria de suas ações foram prorrogadas ou alteradas e seus indicadores cancelados em virtudes dessas alterações. Porém, cabe destacar que a área de informação em saúde no DF é fortemente relacionada a política nacional que tem características prescritivas, normativas e segmentada segundo a lógica de programas específicos. Essa segmentação por lógica de programas ocasiona a duplicação dos sistemas de informação em saúde não subsidiando a tomada de decisões dos gestores. Conforme descrito no PDS da SES/DF para os anos 2016-2019 o aperfeiçoamento e inovação em soluções e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) na saúde do Distrito Federal um dos grande desafios para a gestão do SUS/DF é necessidade de recursos para investimentos permanentes na ampliação e modernização da infraestrutura tecnológica.

## AVALIAÇÃO EIXO 3 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - PDS:PAS/2016

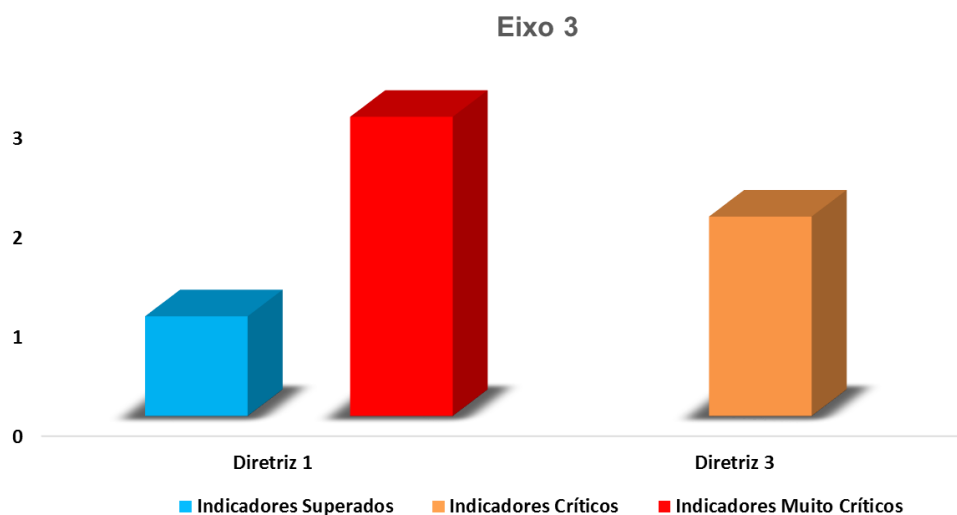
Gráfico 14 - Resultado do Eixo 3 - PDS:PAS-2016



Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.

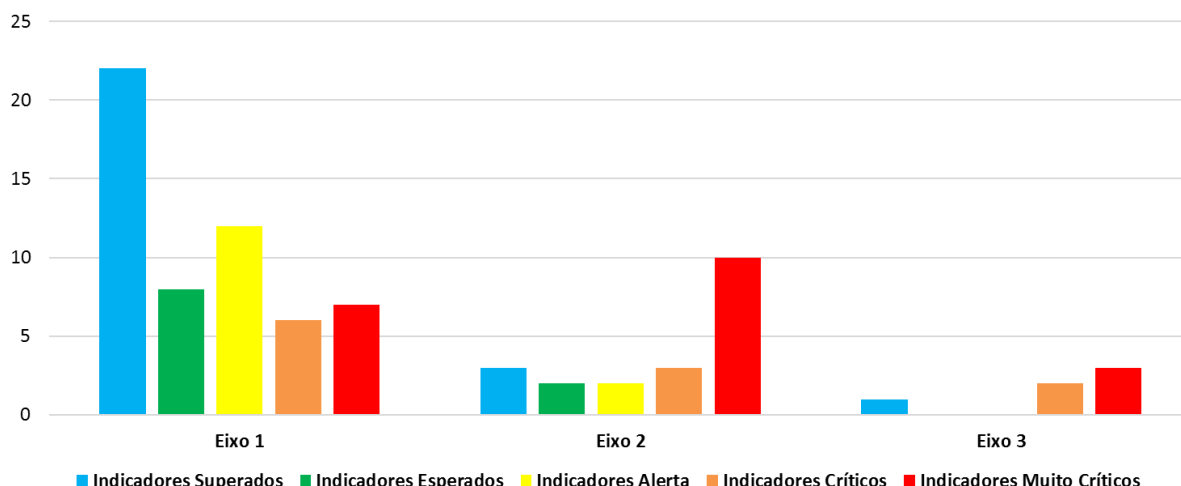


**Gráfico 15 - Resultado do Eixo 3 por Diretriz - PDS: PAS/2016**



Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.

**Gráfico 16 - Resultado da Avaliação Geral dos Eixos da PAS-2016/SES-DF**



Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.

#### **5.4. PROCESSO DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA NO ANO DE 2016**

O processo de pactuação interfederativa dos indicadores, foi atípico no ano de 2016, em virtude da Comissão Intergestora Tripartite (CIT) ter deliberado sobre a questão no mês de agosto conforme Resolução nº 02, de 16 de agosto de 2016, que dispõe sobre os indicadores para o processo nacional de pactuação interfederativa, relativo ao ano de 2016.

Segundo o Ministério da Saúde, o processo de pactuação interfederativa dos indicadores de saúde respeita a autonomia das Unidades Federadas na definição de suas metas. Porém, ressalta-se a sua relação com o projeto de saúde pactuado pelos três entes

da Federação brasileira, a União representada pelo MS, os Estados representados pelo CONASS e os municípios representados pelo CONASEMS. São essas três entidades que pactuam a política nacional de saúde, suas diretrizes, objetivos, metas e indicadores para monitoramento e avaliação de desempenho do SUS e da situação de saúde da população.

Os indicadores foram relacionados a seis (6) diretrizes e oito (8) objetivos nacionais do Plano Nacional de Saúde e estão compostos por 18 indicadores universais, ou seja, de pactuação comum e obrigatória e 11 indicadores específicos, de pactuação obrigatória quando forem observadas as especificidades no território. Assim, para o ano de 2016, totalizou 29 indicadores vinculados a **diretrizes** e **objetivos**, sendo que o DF pactuou 28 indicadores.

No Distrito Federal as equipes gestoras buscam aperfeiçoar a vinculação dos indicadores as diretrizes e objetivos do Plano Plurianual (PPA) e Plano Distrital de Saúde, procurando um alinhamento de todos os instrumentos de gestão, PDS e PAS e a parte concernente à área da saúde no PPA, na LDO e na LOA.

Os indicadores de saúde como instrumento de monitoramento da programação e do pacto interfederativo, pretende-se medir o **desempenho dos serviços de saúde** compreendido como esforços empreendidos pelas equipes gestoras para alcançar os resultados programados para melhor atender a população.

Em 2016, por ter sido um processo realizado no final do ano, as metas no pacto foram as que já estavam propostas no PPA, PDS e PAS e os dados foram registrados no Sistema de Pactuação dos Indicadores (SISPACTO/MS) considerando as Diretrizes, Objetivos e Metas para o ano de 2016.

#### **5.4.1. Diretriz 1 da Pactuação Interfederativa do Plano Nacional de Saúde (PNS), Exercício 2016**

Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

**Objetivo 1.** Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

**INDICADOR 1: COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

**Meta 2016:** 40%

**Resultado 2016:** 33,90%

**Análise/Considerações:** Este indicador permite monitorar as famílias beneficiárias do PBF (famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com dificuldade de acesso e de frequência aos serviços de Saúde), no que se refere às condicionalidades de Saúde, tendo por objetivo ofertar ações básicas, potencializando a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuindo para a sua inclusão social. A variação de 6,10 pontos percentuais representou um alcance da meta de 84,75% de beneficiários do Programa Bolsa Família, ficando 15,25% abaixo do pactuado. Foram acompanhadas sobre as condicionalidades de saúde 22.585 famílias das 66.609 cadastradas no Sicon/MSD, conforme resultados da última vigência. A área responsável por essa ação explicou que muitos endereços não são localizados e que isto tem sido pauta de reuniões com a SEDESMIT em busca de solução.

**INDICADOR 2: PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS**

**Meta 2016:** 3,40%

**Resultado 2016:** 6,17%

**Análise/Considerações:** A variação de 2,77 pontos percentuais entre a meta estabelecida e o resultado alcançado, representou uma proporção de aumento da exodontia em 81,47%. Indicador é decrescente, quanto menor, melhor. Segundo a área técnica há problema nos registros das ações realizadas pelas equipes da Atenção Primária, onde as preventivas e restauradores predominam. As UPAS e Hospitais tem melhor e mais consistente o acesso ao sistema de informação, sendo esses os locais onde predominam as exodontias.

**AVALIAÇÃO DA DIRETRIZ 1 DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA (PNS), 2016**

O resultado dos dois indicadores mostra que não foram atingidas as metas propostas e as áreas técnicas fizeram suas justificativas.

Observa-se que os indicadores são insuficientes para avaliar a ampliação e qualificação do acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado.

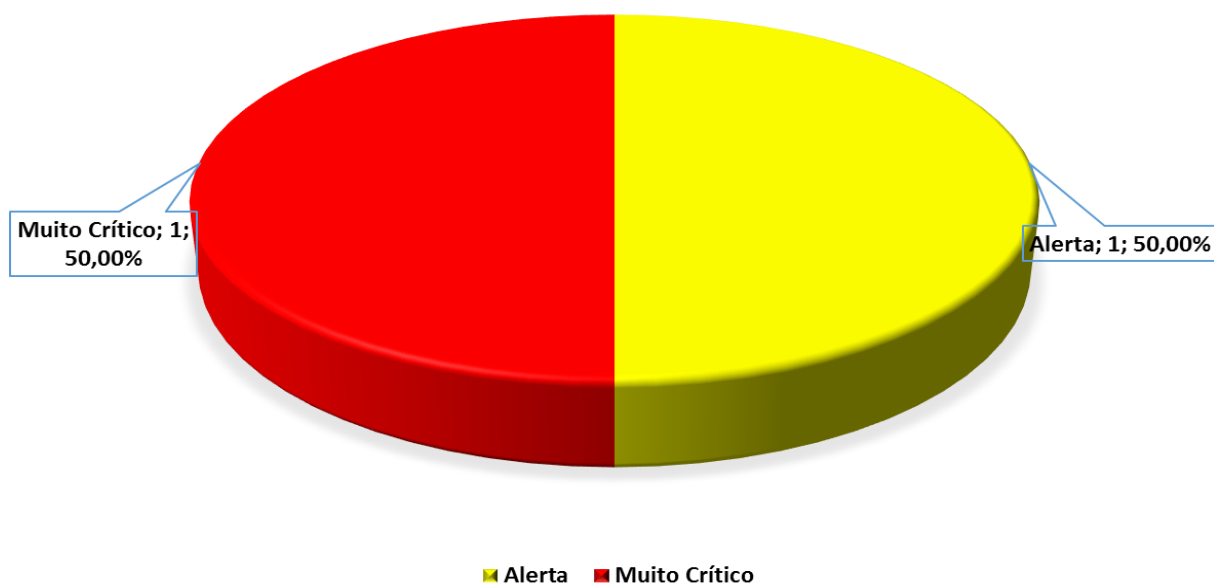
A ampliação e acesso dos serviços de saúde no SUS, devem considerar o conjunto de indicadores que contemplam o aprimoramento da Política de Atenção Básica, especializada, ambulatorial e hospitalar e a organização das redes de Atenção que possibilitam a atenção integral, incluindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

**Tabela 90** - Resultado dos indicadores da Diretriz 1 da pactuação interfederativa, quantidade, percentual, situação, 2016

Resultado dos Indicadores - D1	Quantidade	%	Situação
Alerta	1	50	☺
Muito Crítico	1	50	☹
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	-

Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES, maio 2017.

**Gráfico 17** - Resultado da Diretriz 1 da Pacutação Interfederativa, Exercício 2016



Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.

#### 5.4.2. Diretriz 2 da Pactuação Interfederativa do Plano Nacional de Saúde (PNS), Exercício 2016

Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

**Objetivo 2.** Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

**INDICADOR 3: PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE**

**Meta 2016:** 46,89%

**Resultado 2016:** 61,40%

**Análise/Considerações:** A variação de 14,51 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado, representou um aumento na proporção de acesso em 30,94%, este indicador é crescente, quanto maior, melhor. Ao comparar ao ano de 2015 (46,89%), a proporção de acesso também aumentou em 30,94% do acesso hospitalar. Vários são os fatores que podem influenciar o resultado desse indicador: tipo de acidentes, gravidade das lesões no acidente, eficiência do resgate/assistência pré-hospitalar, eficiência da assistência hospitalar, entre outros, que carecem de melhor estudo. Este indicador compõe também os resultados da implementação da Rede de Atenção às Urgências.

**INDICADOR 4: PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)**

**Meta 2016:** 10%

**Resultado 2016:** 6,06%

**Análise/Considerações:** Indicador é decrescente, quanto menor, melhor. A variação de 3,94 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado, representou uma proporção de 60,60% de óbitos, o que significa uma redução de 39,40% de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio. Se comparado ao ano de 2015 (15,19%), houve uma redução de 39,89% de óbitos. Como resultado positivo, conclui-se que a área técnica está conseguindo implementar suas ações com sucesso, enfatizando que esse indicador é também os resultados da implementação da Rede de Atenção às Urgências.

**INDICADOR 5: RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA**

**Meta 2016:** 0,30

**Resultado 2016:** 0,18

**Análise/Considerações:** Meta não alcançada. A variação de 0,12 entre a meta pactuada e o resultado alcançado na razão de exames, significou 60% de alcance da meta, ficando 40% abaixo da pactuada. Se comparado ao ano de 2015 (0,27) houve redução de 33,33%. Segundo a área técnica, a meta foi mal dimensionada a capacidade de execução, isto motivou uma reorganização interna na gestão desses serviços.

**INDICADOR 6:** RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA

**Meta 2016:** 0,22

**Resultado 2016:** 0,03

**Análise/Considerações:** Meta não alcançada. A variação de 0,19 entre a meta proposta e o resultado alcançado, na razão de exames de mamografia de rastreamento, representou um percentual de alcance da meta de 13,64%, ficando 86,36% abaixo da meta pactuada. Este indicador, atualmente está sobre gestão da Gerência de Apoio Diagnóstico (GAD) que reavaliou a estrutura de produção apontando a necessidade de investimentos na área e solicitou revisão na meta, o que deverá ocorrer para o ano de 2018.

**INDICADOR 7:** PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR

**Meta 2016:** 63%

**Resultado 2016:** 44,74%

**Análise/Considerações:** O resultado apresentou uma variação de 18,26 pontos percentuais entre o pactuado e o alcançado. Destaca-se que os partos realizados **nos serviços próprios da SES/DF** essa relação é invertida, do total de partos realizados 61,50% foram partos normais, com 38,50% cesariana. Dos partos realizados no setor privado a relação foi de 86,73% cesarianas e apenas 13,27% de partos vaginais. Isto mostra os desafios para ampliar o número de partos normais no Distrito Federal, considerando a baixa capacidade da gestão do SUS influenciar as práticas médicas no setor privado. Ressalta-se que os dados informados ainda são parciais, pois o banco de dados do SINASC referente ao ano de 2016 ainda não estava fechado quando da disponibilidade dos dados utilizados na avaliação desse indicador.

**INDICADOR 8:** COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) - CAPS - /100.000

**Meta 2016:** 0,67/100.000

**Resultado 2016:** 0,53/100.000

**Análise/Considerações:** A variação de 0,14 pontos representou 79,01% de alcance da meta, ficando abaixo 20,89%. Ao comparar com o resultado do ano de 2015 (0,46/100.000), o resultado de 2016 apresentou um aumento de 15,22%. Ressalta-se que existem 17 CAPS em funcionamento, desses 14 CAPS estão habilitados conforme as normas do Ministério da Saúde.

**Objetivo 3.** Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

**INDICADOR 9: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.**

**Meta 2016:** 11,20 / 1.000

**Resultado 2016:** 10,92/1.000

**Análise/Considerações:** Ressalta-se que os dados de mortalidade referente ao ano de 2016 são parciais e poderão sofrer alterações. O resultado apresentado mostrou uma variação de 0,28 pontos percentuais com uma redução na taxa de mortalidade infantil em 2,50%, representando 97,50% de alcance da meta em 2016. Se comparado ao ano de 2015 (11,04/1.000), houve uma redução de 1,43% nos óbitos infantis. O Distrito Federal conta, além da rede física de atenção à saúde da mulher e ao parto que possibilita a vinculação da gestante ao local de ocorrência do parto, com a Rede Cegonha e os comitês que investigam todos os óbitos infantis e maternos. Estes são investigados o que torna possível identificar falhas no atendimento e apontar correções.

**INDICADOR 10: PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS**

**Meta 2016:** 100%

**Resultado 2016:** 100%

**Análise/Considerações:** Os óbitos maternos são investigados para definição de suas causas básicas, independentemente da causa declarada, conforme a Portaria-MS-GM nº 1.119/2008, que regulamenta a vigilância do óbito materno para todos os eventos, confirmados ou não, independentemente do local de ocorrência. A investigação deve ser realizada por profissionais de saúde, designados pelas autoridades de Vigilância em Saúde das esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Pode-se afirmar que todos os óbitos maternos ocorridos no DF em 2016, foram investigados e seus achados estão considerados no plano de ação da Rede Cegonha, com ênfase para qualificação do pessoal da Atenção Primária e das maternidades.

**INDICADOR 11: PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS**

**Meta 2016:** 92%

**Resultado 2016:** 72,10%

**Análise/Considerações:** O resultado desse indicador está em alerta, pois a variação de 19,90 pontos percentuais entre a meta e o resultado alcançado representou 72,37%, ou seja, ficou 21,63% abaixo do pactuado. Espera-se que como o Programa de Gestão

Regional os Comitês de investigações de óbitos sejam reforçados e as metas pactuadas alcançadas.

## **AVALIAÇÃO DA DIRETRIZ 2 DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA (PNS), 2016**

Essa diretriz, do pacto federativo de 2016, indica a necessidade de aprimoramento das redes de atenção para que o SUS possa promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde. Essa diretriz apresenta dois objetivos e nove indicadores.






O **objetivo 2** está dirigido à avaliação do aprimoramento e implantação das Redes de Atenção à Saúde nas Regiões de Saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas que são as redes pactuadas no fórum tripartite de gestão do SUS com seis indicadores.

O **objetivo 3** está voltado às ações destinadas a promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde com três indicadores.

O resultado dos nove indicadores 33% superam a meta proposta, 22% atingiram a meta proposta, 22% ficaram em situação de alerta, isto é, a meta não alcançada com diferença maior ou igual a 5% e menor que 25% na direção indesejada ao valor proposto. Em estado crítico foi o resultado de 12% dos indicadores com alcance da meta, com uma diferença maior ou igual a 25% e menor que 50% na direção indesejada do valor proposto. O resultado muito crítico ficou com 11%. Trata-se da razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária, segundo a área técnica o SUS-DF têm problemas de estrutura, necessitando de investimentos para equipamentos e pessoal.

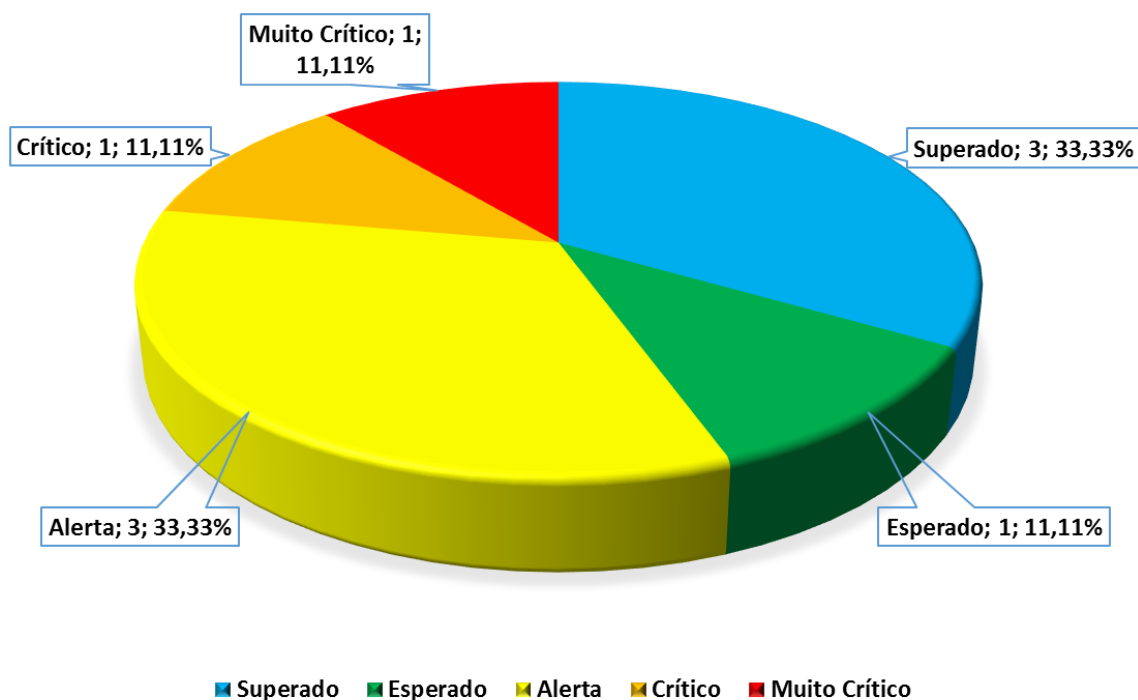


**Tabela 91** - Resultado dos indicadores da Diretriz 2 da pactuação interfederativa, quantidade, percentual, situação, 2016

Resultado dos Indicadores - D2	Quantidade	%	Situação
Superado	3	33,34	
Esperado	1	11,11	
Alerta	3	33,33	
Crítico	1	11,11	
Muito Crítico	1	11,11	
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	-

Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.

**Gráfico 18** - Resultado da Diretriz 2 da Pactuação Interfederativa, Exercício 2016



Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.

#### 5.4.3. Diretriz 3 da Pactuação Interfederativa do Plano Nacional de Saúde (PNS), Exercício 2016

Esta Diretriz propõe indicadores para reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na

prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

**Objetivo 4.** Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

**INDICADOR 12:** NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE

**Meta 2016:** 135

**Resultado 2016:** 220

**Análise/Considerações:** Resultado crítico, meta não alcançada, a variação de 85 casos novos de sífilis congênita entre a meta pactuada e o resultado apurado, representou um aumento nos casos novos em 62,96%.

Segundo a área técnica, o aumento de sífilis está ocorrendo em todo país. No DF algumas ações serão reforçadas com gestão junto as equipes da atenção primária no sentido de melhorar a qualidade das ações de pré-natal e envolver o parceiro, por meio de uma consulta programada, onde ele faça o teste para sífilis. A área técnica também propõe uma campanha contra sífilis, pois a maioria das mães dessas crianças são mulheres de classe social e econômica precária.

**INDICADOR 13:** TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (DE 30 A 69 ANOS) PELO CONJUNTO DAS QUATRO PRINCIPAIS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT - DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS.

**Meta 2016:** 214,80/100.000

**Resultado 2016:** 205,10/100.000

**Análise/Considerações:** O indicador é decrescente, quanto menor, melhor. A meta alcançada mostrou-se superada, acima da meta pactuada na redução de mortes por essas quatro doenças em 4,52%. Pode-se relacionar esse resultado à meta superada ao Indicador nº 4 - proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM), ressaltando que os dados de mortalidade referentes ao ano de 2016 ainda são parciais, até o fechamento do banco de dados pelo Ministério da Saúde.

Segundo a área técnica observa-se outro fator relacionado na redução da taxa de mortalidade prematura no DF envolve os quatro fatores de risco modificáveis comuns às 4 principais DCNT: alimentação inadequada, sedentarismo, consumo abusivo de álcool e tabagismo. No período de 2010 (14,10%) a 2015 (11,40%), houve uma redução no número

de fumantes de 19,15%, aumento no consumo de marcadores da alimentação saudável (consumo de frutas e hortaliças) e estabilidade no nível de atividade física no lazer. Porém, como cenário negativo, o DF vivenciou neste período um aumento no consumo abusivo de álcool e aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade em adultos.

**Indicador 14:** PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS (9 VACINAS)

**Meta 2016:** 75%

**Resultado 2016:** 66,66%

**Análise/Considerações:** Essa cobertura foi calculada com as nove vacinas seguintes: BCG -ID, VORH, Pentavalente (DTP + Hib + Hep. B), Antipoliomielite, PnC10v, MnC, Triplice viral, Febre Amarela, e Influenza. A variação de 8,34 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado representou uma proporção do alcance da meta de 88,88%, ficando 11,12% abaixo do pactuado para o DF. Foi um resultado crítico que demanda das áreas técnicas (SVS e SAIS) uma análise mais fundamentada para identificação das causas e assim adotar medidas que corrijam essa situação que mostra a falta de barreiras contra as principais doenças imunopreveníveis.

**Indicador 15:** PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR BACILÍFERA

**Meta 2016:** 78%

**Resultado 2016:** 42,60%

**Análise/Considerações:** Meta não alcançada. A variação de 35,40 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado, representou uma proporção de 54,61% ficando 45,39% abaixo do pactuado. Ao comparar com 2015 (81,90%), ficou 47,99% abaixo. Segundo a área técnica fatores que influenciaram e dificultaram o alcance da meta, se deve à mudança do perfil dos portadores de tuberculose, tais como: pessoas que são moradores de rua, usuários de drogas e álcool, coinfectados com TB/HIV/AIDS e pacientes que saíram da Situação Privada de Liberdade. Isto mostra a necessidade de implementação das políticas de saúde dirigidas às populações vulneráveis.

**Indicador 16:** PROPORÇÃO DE EXAMES ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE

**Meta 2016:** 85%

**Resultado 2016:** 87,10%

**Análise/Considerações:** A variação de 2,10 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado, representou uma proporção de 102,47% do alcance da meta, ficando superado em 2,47% do pactuado. Ao comparar ao resultado alcançado em 2015 (88%), houve uma redução de 1,02%. Segundo a área técnica, as ações realizadas para o alcance

ou superação da meta proposta são articulação entre a Vigilância Epidemiológica e Atenção Primária para a realização do exame anti-HIV em todas as unidades que realizam ações de controle da tuberculose, atualização do SINAN em tempo oportuno, incremento da oferta de novas metodologias de testagem rápida, tem possibilitado os melhores resultados.

**Indicador 17: PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA**

**Meta 2016:** 95%

**Resultado 2016:** 97,60%

**Análise/Considerações:** Ressalta-se que os dados de mortalidade referente ao ano de 2016 ainda são parciais, segundo a área técnica responsável pela informação dos dados. A variação de 2,60 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado, representou uma proporção de 102,74% do alcance da meta, ficando superada em 2,74%. Se comparado ao ano de 2015 (98,73%) o resultado de 2016 reduziu 1,14% abaixo do apurado em 2015. Embora o resultado sendo parcial, segundo a área técnica, este indicador tem se mantido com resultado superado devido as ações de capacitação de médicos sobre o preenchimento correto de declarações de óbitos e as ações dos comitês de investigações de óbitos.

**Indicador 18: PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS.**

**Meta 2016:** 2.000

**Resultado 2016:** 1.517

**Análise/Considerações:** A variação de 483 casos entre a meta pactuada e o resultado alcançado, representou uma proporção 75,85% do alcance da meta, ficando abaixo 24,15% da pactuada. Ao comparar com o resultado de 2015 (2.081), houve uma redução de 27,10% no resultado apurado em 2016. Segundo a área técnica, objetivando automatizar o processo de notificação compulsória dos acidentes de trabalho, o CEREST/DF envidou esforços para informatizar esse processo, o que ainda não foi concluído devido a dificuldades com a manutenção no sistema Trakcare - módulo prontuário eletrônico. Dessa forma, houve redução do número de notificações no SINAN, o que reforça a necessidade de dar continuidade à automação do processo de notificação. O CEREST tem realizado também outras ações como inspeção sanitária de ambientes de trabalho e atividade educativa.

**Indicador 19: NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS**

**Meta 2016:** 1 caso

**Resultado 2016:** 1 caso

**Análise/Considerações:** O indicador é decrescente, quanto menor, melhor. Meta alcançada. Segundo a área técnica, a manutenção da oferta de teste para detecção precoce de gestantes com HIV, a realização das medidas de interrupção da transmissão vertical durante a gestação, a disponibilização de antirretroviral para as gestante e puérpera com HIV, e a disponibilidade da fórmula infantil para os recém-nascidos tem sido fatores fundamentais para o controle dos casos. A SES/DF tem mantido a aquisição regular de fórmula infantil, beneficiando os recém-nascidos expostos ao HIV, o que tem mantido ainda mais a situação sobre controle.

**Indicador 20:** PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES

**Meta 2016:** 86%

**Resultado 2016:** 70%

**Análise/Considerações:** Indicador crescente, quanto maior, melhor. A variação de 16 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado, representou a proporção de 81,40% de alcance da meta, ficando 18,16% abaixo do pactuado. Segundo a área técnica existem desafios na organização do serviço a ser corrigido e refletir num melhor resultado. Aponta como positivo a regularidade e o abastecimento de medicamentos que não tem faltado para essa ação.

**Indicador 21:** PROPORÇÃO DE CONTATOS EXAMINADOS DE CASOS NOVOS DE HANSENÍASE

**Meta 2016:** 75%

**Resultado 2016:** 76,50%

**Análise/Considerações:** A variação de 1,50 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado apurado, representou a proporção 102% de alcance da meta, ficando acima em 2% do pactuado. A área técnica aponta como possível condicionador desse resultado a Campanha Nacional de Combate à Hanseníase nas escolas, feita em conjunto com o Ministério da Saúde desde 2013, disseminando progressivamente a cultura do exame de contatos intradomiciliares, melhoras as informações e responsabilidades dos gestores regionais, reforçando a conscientização dos profissionais de saúde para a importância de um exame rigoroso nos contatos para identificação e tratamento dos novos casos e assim interromper a cadeia epidemiológica da Hanseníase.

**Indicador 22:** Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária - não pactuado pelo DF, mas monitorado, devido a realidade epidemiológica.

**Indicador 23: NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE**

**Meta 2016:** 30 óbitos

**Resultado 2016:** 23 óbitos

**Análise/Considerações:** Meta superada do número de casos ocorridos e da circulação dos quatro sorotipos, conforme identificação pelo LACEN nas 1.443 amostras analisadas até a Semana Epidemiológica 51 de 2016. Desse total de amostra, 288 foram positivas para os sorotipos DENV-1,192; DENV-2, 82; DENV-3, 07 e DENV-4, 07 amostras. O resultado apresentou uma variação de 7 óbitos entre a meta proposta e o resultado de 2016, o que representou uma redução de 23,33% do número de óbitos esperado. Ao comparar com o ano de 2015 (32), houve uma redução de 28,13%.

**Indicador 24: PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE**

**Meta 2016:** 80%

**Resultado 2016:** 65,91%

**Análise/Considerações:** Meta não alcançada. A variação de 14,09 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado, representou uma proporção de 82,39% de imóveis visitados, ficando 17,61% abaixo do pactuado. Se comparado ao ano de 2015 (85,37%) a proporção de imóveis visitados reduziu em 22,79%.

A área técnica reavaliou a meta, ajustando para atendimento de áreas de risco e a capacidade de realizar os 04 ciclos, associando a outras estratégias de combate a dengue e que possibilita o controle do mosquito vetor.

**Indicador 25: PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ**

**Meta 2016:** 90,00%

**Resultado 2016:** 85,00%

**Análise/Considerações:** Meta não alcançada. A variação de 15 pontos percentuais entre o resultado alcançado e a meta proposta, o representou uma proporção de 94,44% de alcance da meta, ficando 5,56% abaixo da pactuada. Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), o Distrito Federal é bem servido de água e esgoto sanitário como infraestrutura urbana: a média das 31 Regiões Administrativas (RA) é de 97,80% dos domicílios ligados à rede geral. O Plano Piloto, com 99,96% de cobertura e Taguatinga, Cruzeiro, Riacho Fundo, Sudoeste/Octogonal e o Setor de Indústrias são servidos em 100% dos casos. Todavia, há localidades menos servidas, como Sobradinho II, com 86,9%; Jardim Botânico, com 80,8% e Itapoã, com 88,10% dos domicílios com acesso à rede geral,

conforme a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2013, da CODEPLAN. Deve-se considerar que essas localidades, com quase 90% do abastecimento, possuem suprimento quase completo, se comparado ao de muitas cidades brasileiras. Divulga-se que, em breve, a oferta de água estará universalizada no DF. Na mesma pesquisa, em 2015, o Itapoã apresentou a média de 95,60% dos domicílios com ligação à rede geral. Dessa forma, mesmo lugares ainda não regularizados e pobres são atendidos por essa importante infraestrutura. Nas não regularizadas Pôr do Sol e Sol Nascente, 95,50% dos domicílios estão ligados à rede geral. Mesmo assim, faz necessário que a área técnica identifique as áreas ou situações de risco para controle das doenças por veiculação hídrica.

**Objetivo 8.** Aprimorar o marco regulatório e as ações de Vigilância Sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

**Indicador 26:** PERCENTUAL DE MUNICIPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS

**Meta 2016:** 100%

**Resultado 2016:** 100%






**Análise/Considerações:** O Distrito Federal é uma Unidade da Federação Brasileira, autônoma, nos termos da Constituição de 1988, possuindo competências e atribuições de Estado e Município. Esse é o motivo pelo qual a VISA é a responsável por todas as ações de Vigilância Sanitária. Nesse indicador a meta é um e o resultado terá sempre igual valor.

Sobre a avaliação do nível de implementação das ações de vigilância sanitária no DF, a Vigilância Sanitária realiza, por meio dos Núcleos de Inspeção Sanitária existentes em todas as sete Regiões de Saúde, todas as ações dos seis grupos identificados como necessárias para contribuir para a redução dos riscos e agravos à saúde da população: 1- cadastro de estabelecimentos sujeitos à VISA; 2- inspeção em estabelecimentos sujeitos à VISA; 3- atividades educativas para população; 4- atividades educativas para o setor regulado; 5- recebimento de denúncias e o atendimento de denúncias. Possui boa estrutura administrativa na qual pode-se destacar a área de Risco em Serviços de Saúde nos Núcleos de Segurança do Paciente nos hospitais do DF que realiza visita técnica para a Segurança do Paciente dos hospitais públicos, privados e militares anualmente, com o objetivo de promover a divulgação da política de segurança do paciente e monitorar o funcionamento dos serviços de saúde quanto ao cumprimento legal dos requisitos necessários para a segurança do paciente no âmbito do Distrito Federal entre outras ações.

### AVALIAÇÃO DIRETRIZ 3 DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA (PNS), 2016

Esta Diretriz conta com dois objetivos. O primeiro propõe reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável com 14 indicadores. Deste 36% apresentaram resultados superiores a meta pactuada, 14% alcançaram a meta com diferença entre 0 e menor que 5% na direção desejada do valor pactuado; 29% ficaram em estado de alerta, pois os resultados apresentados não alcançaram mais que 75% da meta pactuada; 14% ficaram em situação crítica e 7% muito crítico. O outro objetivo é voltado a aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor com 1 indicador, atingiu o resultado esperado.

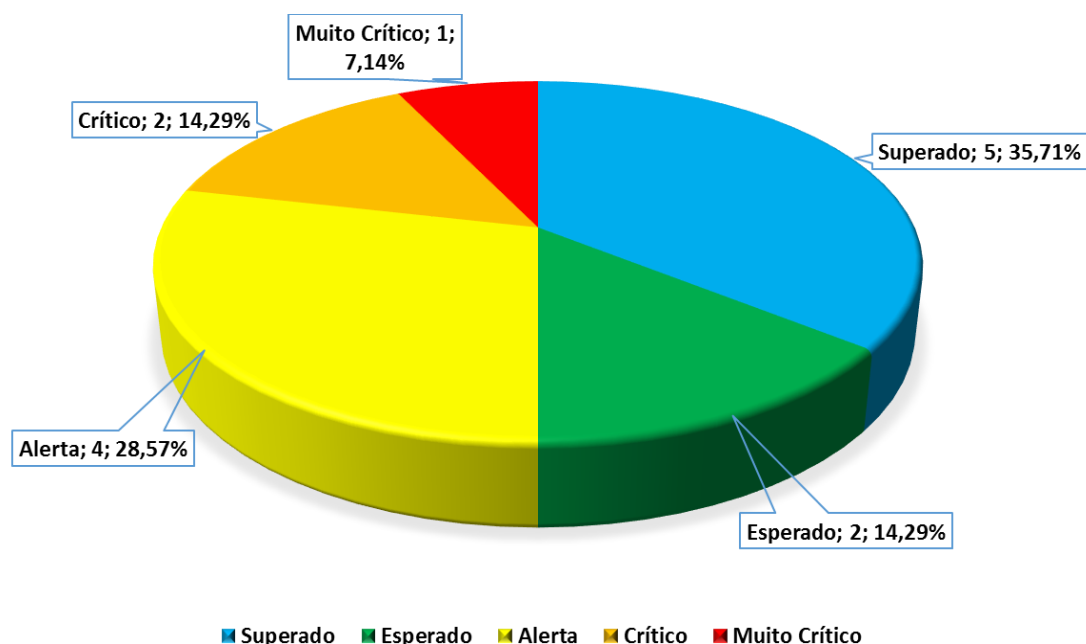
**Tabela 92** - Resultado dos indicadores da Diretriz 3 da pactuação interfederativa, quantidade, percentual, situação, 2016

Resultado dos Indicadores - D2	Quantidade	%	Situação
Superado	5	35,71	
Esperado	2	14,29	
Alerta	4	28,57	
Crítico	2	14,29	
Muito Crítico	1	7,14	
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	-

Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.



**Gráfico 19** - Resultado da Diretriz 3 da Pactuação Interfederativa, Exercício 2016



Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.

#### 5.4.4. Diretriz 4 da Pactuação Interfederativa (PNS), Exercício 2016

Esta Diretriz propõe fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

**Objetivo 10.** Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

**Indicador 27:** PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS

**Meta 2016:** 87,87%

**Resultado 2016:** 83,57

**Análise/Considerações:** As ações para Educação Permanente no Distrito Federal são realizadas pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGEP) e pela Fundação de Ensino e Pesquisa em ciência da Saúde (FEPECS). A variação de 4,30 pontos percentuais entre a

meta e o resultado alcançado representou 95,11% do alcance da meta, assim considerado satisfatório.

#### **AVALIAÇÃO DA DIRETRIZ 4 DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA (PNS), 2016**

As ações para Educação Permanente no Distrito Federal são realizadas pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGEP) e pela Fundação de Ensino e Pesquisa em ciência da Saúde (FEPECS). Embora as ações pretendidas de educação permanente tenha tido um resultado satisfatório, ressalta-se a necessidade de conclusão o Plano de Educação Permanente em Saúde, pautado nas diretrizes estabelecidas na PRT-GM-MS nº 1.996, de 20/08/2007 que a Política de Educação Permanente em Saúde. Cabe esclarecer que as diretrizes norteiam os processos educativos dos trabalhadores na saúde.

#### **5.4.5. Diretriz 5 da Pactuação Interfederativa (PNS), Exercício 2016**

Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

**Objetivo 12:** Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

**Indicador 28:** PLANOS DE SAÚDE ENVIADOS AOS CONSELHOS DE SAÚDE

**Meta 2016:** 1

**Resultado 2016:** 1

**Análise/Considerações:** A SES/DF elaborou o Plano Distrital de Saúde (PDS) aprovado pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal (CSDF) para o quadriênio 2016-2019. O monitoramento quadrimestral e avaliação anual da Programação Anual de Saúde (PAS-2016) apontam para ajustes no Plano Distrital de Saúde.

#### **AVALIAÇÃO DA DIRETRIZ 5 DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA (PNS), 2016**

O Distrito Federal, tem o Plano Distrital de Saúde (PDS) aprovado pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal (CSDF) para o quadriênio 2016-2019. O monitoramento quadrimestral e avaliação anual da Programação Anual de Saúde (PAS-2016) apontam para ajustes no Plano Distrital de Saúde.

#### **5.4.5. Diretriz 6 da Pactuação Interfederativa (PNS), Exercício 2016**

Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.

**Objetivo 13.** Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

**Indicador 29:** PROPORÇÃO DE ENTES COM PELO MENOS UMA ALIMENTAÇÃO POR ANO NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE

**Meta 2016:** 1

**Resultado 2016:** 15






**Análise/Considerações:** Meta superada, isto demonstra o esforço da área da Administração Geral na reorganização do setor de compras, aumentando a transparência e a visibilidade no que se refere à utilização dos recursos do SUS para a aquisição de medicamentos e produtos para a saúde, pois o Banco de Preços em Saúde (BPS) é um sistema criado pelo Ministério da Saúde com objetivo de registrar e disponibilizar on line as informações das compras públicas e privadas de medicamentos e produtos para a saúde tendo como finalidade de atuar como ferramenta de acompanhamento do comportamento dos preços no mercado de medicamentos e produtos para a saúde.

#### **AVALIAÇÃO DA DIRETRIZ 6 DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA (PNS), 2016**

A SES/DF centrou esforços em 2016 para aperfeiçoamento do setor de compras, instituiu grupo de trabalho para rever os processos de trabalho o que resultou na superação da meta pactuada.

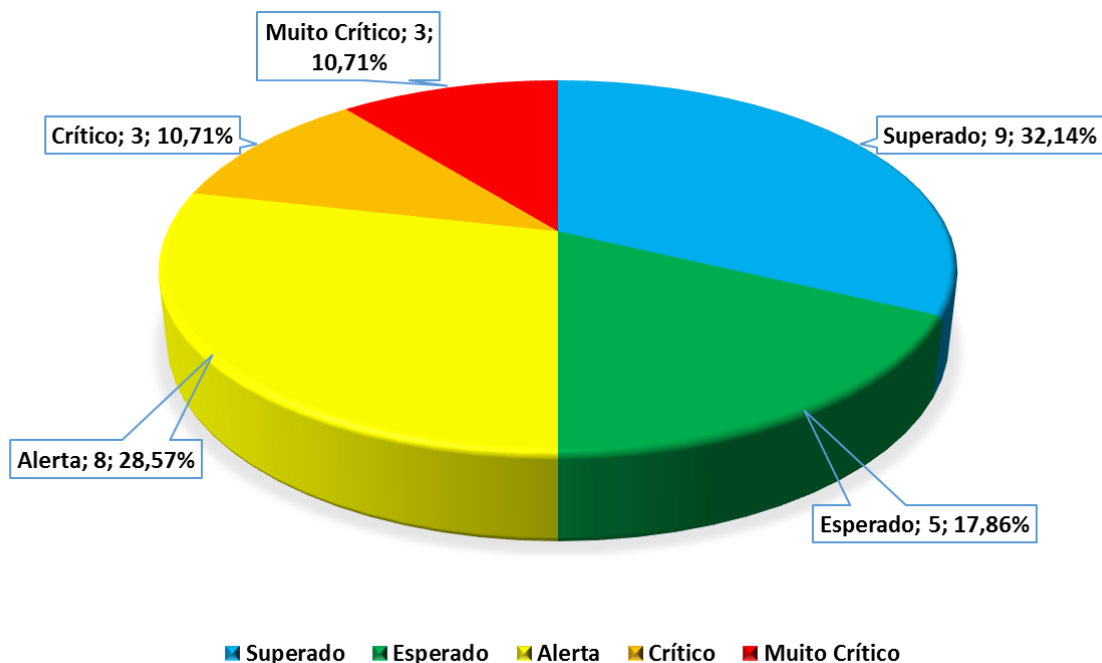
## AVALIAÇÃO GERAL DAS DIRETRIZES DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA (PNS), 2016

**Tabela 93** - Resultado Geral da Análise dos Indicadores do Pactuação Interfederativa, quantidade, percentual, situação, 2016

Resultado Geral dos Indicadores	Quantidade	%	Situação
Superado	9	32,14	
Esperado	5	17,87	
Alerta	8	28,57	
Crítico	3	10,71	
Muito crítico	3	10,71	
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	-

Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES, maio 2017.

**Gráfico 20** - Resultado Geral da Análise dos Indicadores da Pacutação Interfederativa, Exercício 2016



Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SES-DF, maio/2017.

## 6. DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES FINANCEIROS

A tabela a seguir traz os indicadores financeiros apurados no ano de 2016. Destaca-se que o GDF aplicou 17,54% da receita própria em saúde, conforme preconizado pela Lei Complementar nº 141/2012 e teve uma despesa com saúde de R\$ 1.818,10 por habitante.

**Tabela 94** - Demonstrativo dos indicadores financeiros, por percentual de participação, despesa total, transferências e percentual de receita, 2016

<b>Demonstrativo dos Indicadores Financeiros - 2016</b>	
Participação % da receita de impostos na receita total do Estado	<b>50,99%</b>
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	<b>32,49%</b>
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Estado	<b>8,28%</b>
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Estado	<b>93,84%</b>
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Estado	<b>9,87%</b>
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado	<b>54,43%</b>
<b>Despesa total com Saúde, em R\$/ hab. sob a responsabilidade do Estado, por habitante</b>	<b>R\$ 1.819,10</b>
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	<b>72,43%</b>
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	<b>3,58%</b>
Participação % da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	<b>4,52%</b>
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	<b>0,44%</b>
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	<b>14,36%</b>
<b>% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012</b>	<b>17,54%</b>

**Fonte:** SIOPS - 2016. Dados extraídos do SARGSUS/SUS, mar/2017.

## 7. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

A Lei Orçamentária Anual (LOA), **Lei Distrital nº 5.601/2015**, de 30 de dezembro de 2015, para o exercício de 2016, foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), Suplemento A nº 250, em 31/12/2015.

A receita do Distrito Federal (DF) foi estimada no montante de R\$ 34.010.093.860,00 (trinta e quatro bilhões e dez milhões e noventa e três mil e oitocentos e sessenta reais), e fixada uma despesa em igual valor, compreendendo o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) no exercício de 2016, a dotação inicial aprovada foi de R\$ 6.215.162.837,00 (seis bilhões e duzentos e quinze milhões e cento e sessenta e dois mil e oitocentos e trinta e sete reais), sendo que dessa despesa, até dezembro de 2016, foi autorizada a dotação de R\$ 6.550.813.510,74 (seis bilhões e quinhentos e cinquenta milhões e oitocentos e treze mil e quinhentos e dez reais e setenta e quatro centavos). Na Tabela 95, houve alterações orçamentárias de R\$ 335.650.673,74 (trezentos e trinta e cinco milhões e seiscentos e cinquenta mil e seiscentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos).

**Tabela 95** - Resumo da Execução Orçamentária e financeira da SES-DF até dezembro de 2016

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Dotação Inicial (Lei)	6.215.162.837,00
Alterações Orçamentárias	335.650.673,74
Dotação Autorizada	6.550.813.510,74
Despesa Empenhada	6.051.171.198,99
Despesa Liquidada	5.595.177.610,82
Despesa Paga	5.384.741.677,96
<b>Saldo Orçamentário (disponível)</b>	<b>499.642.311,75</b>

Fonte: SIGGO/GDF, 2016.

Nota: SIGGO - QDD (Quadro de Detalhamento de Despesa), em 17/01/2017.

### 7.1 RELATÓRIO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA POR BLOCO DE FINANCIAMENTO

O detalhamento da demonstração da utilização dos recursos (receitas, despesas e movimentação financeira) encontra-se no **Anexo 1**.

### **7.1.1 Execução Orçamentária e Financeira por Bloco de Financiamento - Fonte 138**

A execução orçamentária, referente a Fonte 138 (repasse Fundo a Fundo/MS), até dezembro de 2016, apresentou um valor empenhado de **R\$ 556.085.149,10** (quinhentos e cinquenta e seis milhões e oitenta e cinco mil e cento e quarenta e nove reais e dez centavos), representando 81,46%. Em relação ao liquidado o alcance foi de 80,67% do valor autorizado, totalizando **R\$ 448.590.821,22** (quatrocentos e quarenta e oito milhões e quinhentos e noventa mil e oitocentos e vinte um reais e vinte e dois centavos), conforme mostra a Tabela 96.

Esses recursos provenientes do repasse fundo a fundo devem ter sua execução limitada à prevenção, à promoção e à recuperação de ações e serviços de saúde dentro de seu respectivo bloco.

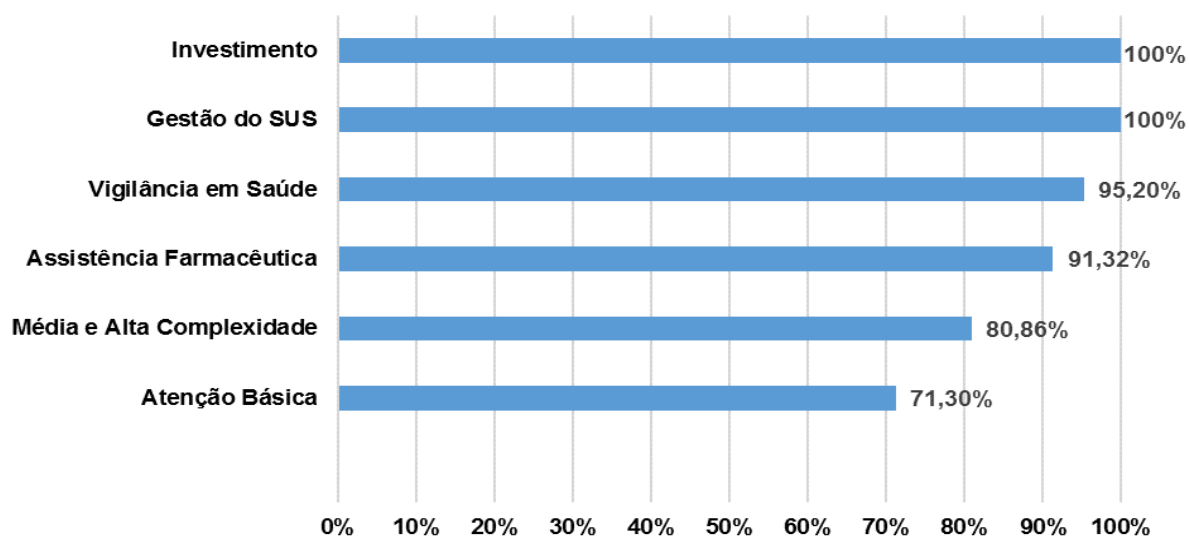
**Tabela 96** - Execução orçamentária dos blocos de financiamento (Fonte 138), segundo valores autorizados, empenhado, liquidado e valores pagos e proporção (%) empenhado/autorizado e liquidado/autorizado, SES-DF, acumulado, ano 2016

<b>Blocos</b>	<b>Autorizado</b>	<b>Empenhado</b>	<b>% Emp/Aut</b>	<b>Liquidado</b>	<b>% Liq/Emp</b>	<b>Pagos</b>
Atenção Básica	81.817.543,53	65.203.360,88	79,69%	46.490.445,21	71,30%	13.426.537,55
Média e Alta Complexidade	507.430.327,59	447.716.409,70	88,23%	362.023.653,76	80,86%	359.603.787,48
Assistência Farmacêutica	28.746.878,00	26.213.099,07	91,19%	23.936.663,65	91,32%	23.243.753,05
Vigilância em Saúde	30.757.359,67	16.910.136,67	54,98%	16.097.915,82	95,20%	14.574.973,64
Gestão do SUS	19.694.327,58	6.739,37	0,03%	6.739,37	100,00%	6.739,37
Investimento	14.146.271,63	35.403,41	0,25%	35.403,41	100,00%	35.403,41
<b>Total</b>	<b>682.592.708,00</b>	<b>556.085.149,10</b>	<b>81,47%</b>	<b>448.590.821,22</b>	<b>80,67%</b>	<b>410.891.194,50</b>

**Fonte:** FSDF. Dados extraídos do SIGGO/SIAC, em 14/01/2017.



**Gráfico 21** - Execução por bloco de financiamento, liquidada em relação à despesa empenhada, acumulado ano 2016



Fonte: FSDF, Dados extraídos do SIGGO/SIAC, em 14/01/2017.

### 7.1.2. Resumo da Execução Orçamentária e Financeira por Fontes de Recursos

Na Tabela 93 é demonstrado o resumo da execução orçamentária até o 3º quadrimestre de 2016, detalhado por fontes de recursos. No ano de 2016, a Unidade Gestora Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - 170101 (Gestão 170901 - FSDF e UO 23901 - FSDF) empenhou o valor total de R\$ 6.051.171.198,99 (seis bilhões e cinquenta e um milhões e cento e setenta e um mil e cento e noventa e oito reais e noventa e nove centavos), sendo R\$ 2.925.395.435,87 (dois bilhões e novecentos e vinte e cinco milhões e trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) da **Fonte 100** com recursos do Governo do Distrito Federal; R\$ 2.359.548.721,99 (dois bilhões e trezentos e cinquenta e nove milhões e quinhentos e quarenta e oito mil e setecentos e vinte e um reais e noventa e nove centavos) da **Fonte 130** com recursos do FCDF e R\$ 556.085.149,10 (quinhentos e cinquenta e seis milhões e oitenta e cinco mil e cento e quarenta e nove reais e dez centavos) da **Fonte 138** com recursos do Ministério da Saúde.

**Tabela 97** - Execução orçamentária das fontes de recursos, segundo despesas autorizadas, empenhadas, liquidadas, pagas e percentual de execução, SES-DF, acumulado, ano 2016

<b>Fontes de Recursos</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>% de Exec.</b>
100 - Ordinário Não Vinculado	2.968.689.490,74	2.925.395.435,87	2.611.799.551,29	2.446.602.100,48	98,54%
101 - Cota parte do Fundo de Participação dos Estados e DF	82.685.368,00	51.735.877,30	51.732.785,46	51.732.785,46	62,57%
102 - Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios	28.045.844,00	27.197.325,30	24.885.186,33	24.067.549,31	96,97%
105 - Transferência do Imposto Territorial Rural	259.626,00	259.626,00	259.626,00	259.626,00	100,00%
109 - Transferência Imp. Sobre Prod. Indust. Estados Exportadores	568.682,00	568.682,00	568.682,00	568.682,00	100,00%
130 - Transferências da União	2.359.560.104,00	2.359.548.721,99	2.359.400.642,81	2.359.400.642,81	100,00%
132 - Convênios Outros Órgãos (Não Integrantes do GDF)	22.595.290,00	-	-	-	0,00%
138 - Recursos do Sistema Único de Saúde	682.592.708,00	556.085.149,10	448.590.821,22	410.891.194,50	81,47%
178 - Recursos Decorrentes de Juros sobre o Capital	77.596.807,00	-	-	-	0,00%
300 - Ordinário Não Vinculado	14.549.228,00	10.522.073,69	8.674.822,54	8.674.822,54	72,32%
321 - Aplicações Financeiras Vinculadas (Convênios)	9.716.658,00	1.377.528,85	526.925,26	-	14,18%
332 - Convênios outros Órgãos Exercícios Anteriores	21.544.705,00	1.569.246,56	1.151.929,50	744.851,50	7,28%
338 - Recursos do Sistema Único de Saúde	273.782.743,00	116.911.532,33	87.586.638,41	81.816.852,27	42,70%
900 - Recursos Condicionados	8.626.257,00	-	-	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>6.550.813.510,74</b>	<b>6.051.171.198,99</b>	<b>5.595.177.610,82</b>	<b>5.384.759.106,87</b>	<b>92,37%</b>

**Fonte:** FSDF. Dados extraídos do SIGGO/SIASC, em 14/01/2017.

**Nota:** As diferenças nos valores da GEPLoS e FSDF explicam-se pela dinâmica do sistema e data em que as áreas extraíram os dados do SIGGO.

### **7.1.3. Demonstrativo da Execução do Componente da Assistência Farmacêutica (Portaria GM-MS nº 1.555, de 30 de julho de 2013)**

A Portaria GM-MS nº 1.555/MS dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O Componente Básico destina-se à aquisição de medicamentos e insumos, incluindo-se aqueles relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da Atenção Básica à Saúde.

O financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme normas estabelecidas nesta Portaria, considera para fins de cálculo a população do DF estimada pelo IBGE/2011 ou seja: 2.610.000 habitantes.

A União e o Distrito Federal deverão ter no ano de 2016 as seguintes participações mínimas no financiamento: **R\$ 13.311.000,00** (treze milhões e trezentos e onze mil reais) e **R\$ 12.319.200,00** (doze milhões e trezentos e dezenove mil e duzentos reais), respectivamente.

No acumulado do ano de 2016 do valor autorizado de **R\$ 25.728.546,00** (vinte e cinco milhões e setecentos e vinte e oito mil e quinhentos e quarenta e seis reais), foram liquidados **R\$ 19.869.515,32** (dezenove milhões e oitocentos e sessenta e nove mil e quinhentos e quinze reais e trinta e dois centavos), representando 77,23% de execução (ver Tabela 98).

Cabe esclarecer que a baixa execução orçamentária da assistência farmacêutica, (Tabela 98), se deve a problemas relacionados a pagamentos anteriores, o que provocou uma reação dos principais fornecedores dos medicamentos suspendendo contratos e interrompendo de entregas já programadas.

**Tabela 98** - Demonstrativo da Execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, por fonte, população, portaria, segundo despesas autorizadas, empenhadas, liquidadas e percentual de execução, SES-DF, 2016

Fonte de Recurso	População DF (IBGE 2011)	Portaria GM-MS nº 1.555/2013 (A)	LOA (B)	(%) LOA (B)/(A)	Despesa Autorizada (C)	Empenhada (D)	(%) Emp/Aut (D)/(C)	Liquidada (E)	(%) Liq/Aut (E)/(C)
100	2.610.000	12.319.200,00	11.155.810,00	90,57	12.254.156,00	11.918.828,16	97,26%	7.760.313,63	63,33%
138		13.311.000,00	13.474.360,00	101,23	13.474.390,00	13.474.390,00	100%	12.109.201,69	89,87%
<b>TOTAL</b>		<b>25.630.200,00</b>	<b>24.630.170,00</b>	<b>96,10</b>	<b>25.728.546,00</b>	<b>25.393.218,16</b>	<b>98,70%</b>	<b>19.869.515,32</b>	<b>77,23%</b>

Fonte: FSDF. Dados extraídos do SIGGO/SIASC, em 14/01/2017.

## 7.2. DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE

### 7.2.1. Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) contém o **Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde**, este apresenta a receita líquida oriunda de impostos e das transferências constitucionais e legais de competências municipais e estaduais, uma vez que o DF tem as duas competências. Mostra as despesas com saúde por grupo de natureza, **despesas correntes** (pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes); **despesas de capital** (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Contém também, despesas com saúde não computadas para fins de apuração do percentual mínimo obrigatório definido na LC nº 141/2000.

O RREO afere a aplicação do limite mínimo estabelecido no § 3º do art. 198 da Constituição Federal, incluído pela EC 29/2000, regulamentada pela LC 141/2012. O detalhamento do RREO (receita para apuração de aplicação em ações e serviços públicos de saúde - competência tributária municipal e estadual - e Despesas com Saúde) encontra-se no **Anexo 2**.

Os valores do Quadro do RREO (Anexo 2) são provenientes das receitas vinculadas a ações e serviços públicos de saúde. A receita própria total arrecadada pelo DF na **competência municipal** foi de **R\$ 3.055.056.909,96** (três bilhões e cinquenta e cinco milhões e cinquenta e seis mil e novecentos e nove reais e noventa e seis centavos), enquanto que na **competência estadual** foi de **R\$ 6.258.456.261,86** (seis bilhões e duzentos e cinquenta e oito milhões e quatrocentos e cinquenta e seis mil e duzentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos). A Receita total das transferências constitucionais e legais realizadas de **competência municipal** foi de **R\$ 2.561.407.765,23** (dois bilhões e quinhentos e sessenta e um milhões e quatrocentos e sete mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) e **competência estadual** foi de **R\$ 616.852.764,65** (seiscentos e dezesseis milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil e setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos). Os **impostos não segregáveis em competência estadual e municipal** foram de **R\$ 2.858.090.756,15** (dois bilhões e oitocentos e cinquenta e oito milhões e novecentos mil e setecentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos). O total de **receita de impostos líquida** (municipal e estadual) e as **transferências constitucionais e legais** (municipal e estadual) totalizaram **R\$ 15.349.864.457,84** (quinze bilhões e trezentos e quarenta e nove milhões e oitocentos e

sessenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), utilizado para apuração do percentual mínimo aplicado com ações e serviços de saúde.

O RREO mostra também as despesas com saúde no valor de **R\$ 3.352.903.799,40** (três bilhões e trezentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil e setecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) que **não são computadas para fins de apuração do percentual mínimo** na forma da LC nº 141/2012 conforme descrito **Anexo 2**.

A **despesa com ações e serviços de saúde com recurso próprio** foi de **R\$ 2.691.316.296,32** (dois bilhões e seiscentos e noventa e um milhões e trezentos e dezesseis mil e duzentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos), que é o somatório das **despesas executadas** de **R\$ 6.044.220.095,72** (seis bilhões e quarenta e quatro milhões e duzentos e vinte mil e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos), menos, o total das **despesas com saúde não computadas** no valor de **R\$ 3.352.903.799,40** (três bilhões e trezentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil e setecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)

### **7.2.2. Financiamento da Saúde - Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 (LC-141/2012)**

Em conformidade com o Art. 7º e 8º da LC-141/2012, o Governo do Distrito Federal - GDF aplica, anualmente, em ações e serviços de saúde, no mínimo 15% (quinze por cento) da receita oriundas dos impostos de base municipal e 12% (doze por cento) da base estadual.

A utilização da receita própria para apuração do percentual mínimo aplicado com ações e serviços de saúde, no período de janeiro a dezembro de 2015, foi de **R\$ 15.349.864.457,85** (quinze bilhões e trezentos e quarenta e nove milhões e oitocentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), que é o somatório das receitas próprias (Receita Líquida de Impostos) mais receitas de transferências constitucionais legais. Deste valor, o mínimo a ser aplicado seria de **R\$ 1.999.930.079,97** (um bilhão e novecentos e noventa e nove milhões e novecentos e trinta mil e setenta e nove reais e noventa e sete centavos), que corresponde a **13,03%** da receita geral que foi **15.349.864.457,85** (quinze bilhões e trezentos e quarenta e nove milhões e oitocentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), conforme demonstrado na Tabela 99. No entanto, o Governo do Distrito Federal aplicou **R\$ 2.531.329.519,88** (dois bilhões e quinhentos e trinta e um milhões e trezentos e vinte e nove mil e quinhentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos) com saúde pública, apresentando um superávit de **R\$ 531.399.439,91** (quinhentos e trinta e um milhões e

trezentos e noventa e nove mil e quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e um centavos) excedendo **3,49%** da aplicação mínima obrigatória e totalizando **16,49%**, conforme Tabela 100, a seguir:

**Tabela 99** - Origem dos recursos e descrição das despesas para Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000, segundo valor acumulado, participação mínima (% e R\$), SES-DF, até dezembro de 2016

Origem dos Recursos	Valor Acumulado	Participação Mínima	
		%	R\$ 1,00
1) Base de Cálculo Estadual	10.084.986.290,36	12	1.210.198.354,84
2) Base de Cálculo Municipal	5.264.878.167,49	15	789.731.725,12
3) Total: (1) + (2)	<b>15.349.864.457,85</b>	<b>13,03</b>	<b>1.999.930.079,97</b>
Descrição das Despesas		Valor (R\$)	%
4) Total Aplicado nas Funções 10 e 28		2.603.425.974,51	-
5) * Exclusões (ODC função 28)		72.096.454,63	-
<b>6) Total: (4) - (5)</b>		<b>2.531.329.519,88</b>	<b>16,46%</b>
<b>SUPERAVIT / DÉFICIT (+): (6) - (3)</b>		<b>531.399.439,91</b>	<b>3,46%</b>

**Fonte:** GEPLOS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF, Dados extraídos da Portaria-SEFAZ nº 26, de 30/01/2017, publicada no DODF nº 21, de 30/01/2016, p. 39-40. Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

**Nota:** \*Outras exclusões: Despesas que não se enquadram em ASPS e saldo financeiro no final do exercício no PDPAS.

\*\* Existe uma diferença no resultado do percentual de aplicação da EC/29, em relação a publicada pela Secretaria de Estado de Fazenda. Resultado final do SIOPS em 30/01/2016 ficou em 17,54%, pois é considerado restos a pagar.

### 7.2.3. Execução Orçamentária por Fontes de Recursos

O orçamento da SES/DF é composto por cinco fontes de recursos: fonte proveniente do tesouro do GDF, fonte do repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde, fonte de convênios realizados com a União, fonte de operação de crédito externo que são empréstimos realizados pelo GDF e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

**Tabela 100** - Demonstrativo de execução orçamentária, segundo fontes de recursos, SES-DF, 2016

Fonte de Recurso (A)	Despesa Autorizada (B) R\$	Empenhada (C) R\$	Liquidada (D) R\$	Liquidada X Autorizada por Fonte (E=D/B) %	Saldo Orçamentário
Tesouro do GDF	3.181.021.302,74	3.015.679.020,16	2.697.920.653,62	84,81%	165.342.282,58
FCDF*	2.359.560.104,00	2.359.548.721,99	2.359.400.642,81	99,99%	11.382,01
Fundo a Fundo/ MS (Fonte 138)	682.592.708,00	556.085.149,10	448.590.821,22	65,72%	126.507.558,90
Fundo a Fundo/ MS (Fonte 338)	273.782.743,00	116.911.532,33	87.586.638,41	31,99%	156.871.210,67
Convênios	53.856.653,00	2.946.775,41	1.678.854,76	3,12%	50.909.877,59
<b>Total Geral</b>	<b>6.550.813.510,74</b>	<b>6.051.171.198,99</b>	<b>5.595.177.610,82</b>	<b>85,41%</b>	<b>499.642.311,75</b>

**Fonte:** GEPLoS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO, em 09/01/2017.

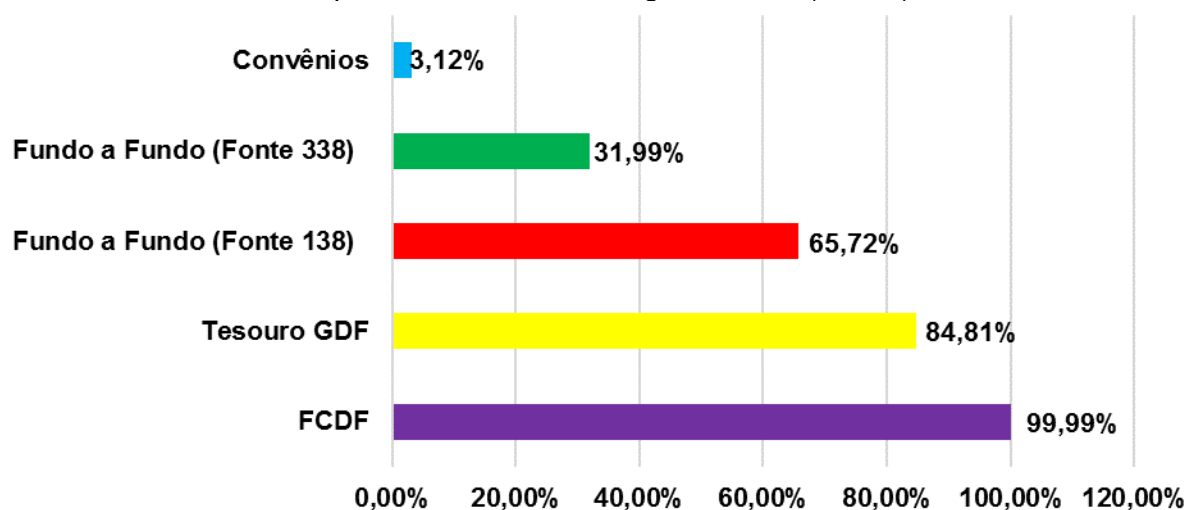
**Nota:** \* Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Na Tabela 100 está demonstrada a execução das fontes de recursos em relação ao liquidado e autorizado no período. O recurso do FCDF é utilizado para pagamento de pessoal.

A maior parte da despesa liquidada teve como fonte de recursos o Fundo Constitucional do Distrito Federal (99,99%), seguido do Tesouro do GDF (84,81%) e o Fundo a Fundo - Fonte 138 (65,71%), conforme mostra o Gráfico 22.



**Gráfico 22** - Percentual liquidado x autorizado, segundo fonte (E=D/B), SES-DF, 2016



Fonte: GEPLoS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO, em 09/01/2017.

#### **7.2.4. Execução Orçamentária por Grupo de Despesas**

Em relação ao Grupo de Despesa, o Grupo Pessoal e Encargos foi responsável pelo maior valor liquidado, R\$ 4.045.987.666,47 (quatro bilhões e quarenta e cinco milhões e novecentos e oitenta e sete mil e seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e sete centavos) com liquidação de 72% das despesas. Outras Despesas Correntes tiveram execução de 27% e Investimentos tiveram liquidação de 0,4% do total.

A Tabela 101 resume a execução orçamentária por Grupo de Despesa.

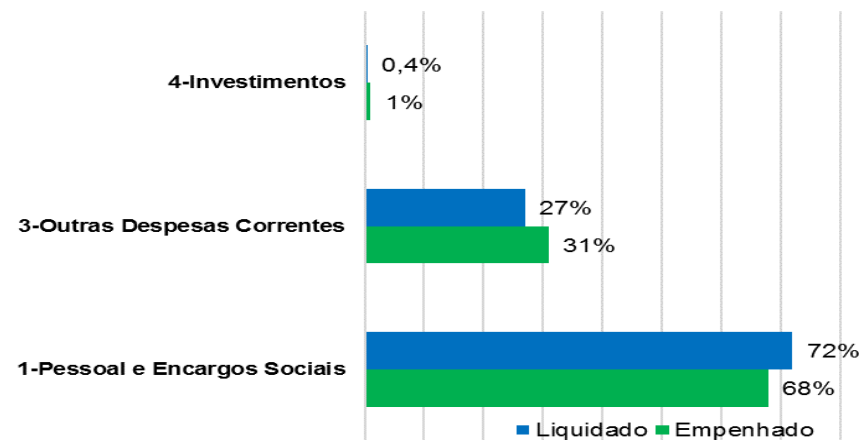
**Tabela 101** - Execução orçamentária de despesas autorizadas, empenhadas, liquidadas, por grupo autorizado e saldo orçamentário, segundo grupo de despesa, SES-DF, 2016

Grupo de Despesa (A)	Despesa Autorizada (B)	Empenhada (C)	Empenhada por Grupo x Autorizada C/B (%)	Liquidada (D)	Liquidada por Grupo x Autorizada D/B (%)	Saldo Orçamentário
1 - Pessoal e Encargos	4.295.877.024,00	4.116.970.372,84	68%	4.045.987.666,47	72%	178.906.651,16
3 - Outras Despesas Correntes	2.104.885.880,96	1.894.684.673,31	31%	1.525.469.211,78	27%	210.201.207,65
4 - Investimentos	150.050.605,78	39.516.152,84	1%	23.720.732,57	0,4%	110.534.452,94
<b>Total Geral</b>	<b>6.550.813.510,74</b>	<b>6.051.171.198,99</b>	<b>92%</b>	<b>5.595.177.610,82</b>	<b>85%</b>	<b>499.642.311,75</b>

Fonte: GEPLoS/DIPLAN//COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO, em 09/01/2017.

Considerando o total da despesa autorizada, até dezembro de 2016, a dotação empenhada foi de 92% e a liquidada foi de 85%.

**Gráfico 23** - Percentual empenhado X autorizado e liquidado X autorizado, segundo grupo de despesas, SES-DF, 2016



Fonte: GEPLoS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO, em 09/01/2017.

## 7.2.5. Despesa com Pessoal e Encargos Sociais

Os recursos do FCDF, a partir de 2015, passaram a integrar o orçamento do GDF e os elementos 01, 03 e 05 o orçamento do IPREV.

A referida despesa é custeada com recursos provenientes do FCDF (58%), Tesouro do GDF (41%) e Repasse Fundo a Fundo do MS (1%), conforme tabela abaixo.

**Tabela 102** - Despesas com pessoal, segundo recursos do FCDF e GDF, SES-DF, acumulado, ano 2016

Elemento de Despesa	Liquidado			
	FCDF	GDF	MS	Total
04-Contrat. por Tempo Determinado	-	1.161.945,09	6.068.867,78	7.230.812,87
11-Vencimentos e Vantagens Fixas	1.912.807.365,37	1.310.967.537,22	37.329.856,95	3.261.104.759,54
13-Obrigações Patronais	348.868.231,37	220.948.937,56		569.817.168,93
16-Outras Despesas Variáveis	78.672.607,55	38.636.817,17	15.515,24	117.324.939,96
92-Despesas de Ex.Anteriores	-	36.185.541,45	-	36.185.541,45
94-Inden.e Restit.Trabalhistas	12.983.570,74	39.866.061,32	-	52.849.632,06
96-Ressarc.Desp.Pes. Requisitado	-	1.474.811,66	-	1.474.811,66
<b>Total</b>	<b>2.353.331.775,03</b>	<b>1.649.241.651,47</b>	<b>43.414.239,97</b>	<b>4.045.987.666,47</b>
<b>%</b>	<b>58%</b>	<b>41%</b>	<b>1%</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** GEPLoS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO em 17/01/2017.

**Nota:** Os elementos 01,03,05 a partir do exercício 2015, passaram a ser executado no orçamento do IPREV.

## 7.2.6. Execução Orçamentária por Objetivo Específico

No Plano Plurianual-PPA 2016-2019, o Programa Temático destinado à saúde é 6202 - “Brasília Saudável” está dividido em seis objetivos específicos (OE). Constam ainda ações de outros programas temáticos como o 6211 - Direitos Humanos e Cidadania, 6228 - Famílias Fortes e o 6002 - Gestão, manutenção e serviços ao Estado.

No Programa de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado estão as ações voltadas para o complexo administrativo de todo o GDF. Na SES, os recursos deste programa são alocados para custear serviços administrativos gerais (limpeza, vigilância, lavanderia, serviços públicos de fornecimento de energia, água e coleta de esgoto, telefonia e demais contratos para prestação de serviços administrativos e aquisição de materiais com

o mesmo fim), conservação das estruturas físicas e edificações públicas e ainda, administração de pessoal e concessão de benefícios a servidores.

Dessa forma, considerando que tais ações são globais e atendem a totalidade da folha de pessoal, concessão de benefícios a servidores e a prestação de serviços à SES, em sua maioria, serviços continuados, não concorre com o percentual dos demais Objetivos Específicos. Até dezembro, foi liquidado um total de 85,41% do orçamento autorizado. (ver Tabela 103).

**Tabela 103** - Execução orçamentária de dotação inicial, alterações, dotação autorizada, empenhada, liquidada e percentual liquidada/autorizada, segundo objetivo específico, SES-DF, até dezembro de 2016

OBJETIVO ESPECÍFICO/ PROGRAMA TEMÁTICO	Dotação Inicial (A)	Alterações	Dotação Autorizada (B)	Disponível (C)	Empenhado (D)	% Empenhado / Autorizado	Liquidado (E)	% Liquidado / Autorizado	% Liquidado / Empenhado
OE 01- Atenção Primária em Saúde	191.332.131,00	-75.519.758,00	115.812.373,00	68.614.247,44	47.198.125,56	40,75	18.704.776,16	16,15	39,63
OE 02-Atenção Especializada em Saúde	795.956.811,00	96.321.415,85	892.278.226,85	119.949.372,84	772.328.854,01	86,56	585.934.024,30	65,67	75,87
OE 03- Redes de Atenção à Saúde	63.114.808,00	41.013.794,55	104.128.602,55	60.834.393,80	43.294.208,75	41,58	27.293.727,15	26,21	63,04
OE 04- Assistência Farmacêutica	202.926.429,00	18.844.979,90	221.771.408,90	8.666.384,46	213.105.024,44	96,09	180.613.907,50	81,44	84,75
OE 05- Vigilância em Saúde	29.422.990,00	31.998.083,06	61.421.073,06	39.498.513,49	21.922.559,57	35,69	17.675.757,33	28,78	80,63
OE 06- Gestão do Sistema único de Saúde	117.779.732,00	38.981.574,52	156.761.306,52	15.917.585,85	140.843.720,67	89,85	126.922.255,90	80,97	90,12
Outros (*)	4.814.784.936,00	183.855.583,86	4.998.640.519,86	186.161.813,87	4.812.478.705,99	96,28	4.638.033.162,48	92,79	96,38
<b>Total</b>	<b>6.215.317.837,00</b>	<b>335.495.673,74</b>	<b>6.550.813.510,74</b>	<b>499.642.311,75</b>	<b>6.051.171.198,99</b>	<b>92,37</b>	<b>5.595.177.610,82</b>	<b>85,41</b>	<b>92,46</b>

Fonte: GEPLoS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO em 09/01/2017.

Nota: Outros (\*): estão consideradas as ações dos programas temáticos: Direitos Humanos e Cidadania, Famílias Fortes, Manutenção, Gestão e Serviços ao Estado e Educação Superior.

### **7.2.7. Restos a Pagar Processados e Não Processados**

No ano de 2016 foram inscritos em Restos a Pagar Processados, o valor de R\$ 238.682.496,68 (duzentos e trinta e oito milhões e seiscentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos) e R\$ 365.233.184,89 (trezentos e sessenta e cinco milhões e duzentos e trinta e três mil e centos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) em Restos a Pagar Não Processados. O total inscrito foi de R\$ 603.915.681,57 (seiscentos e três milhões e novecentos e quinze mil e seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos), dos quais foram pagos R\$ 427.558.309,96 (quatrocentos e vinte e sete milhões e quinhentos e cinquenta e oito mil e trezentos e nove reais e noventa e seis centavos), como demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 104** - Resumo de restos a pagar processados e não processados, segundo inscritos, pagos, cancelados, retidos e valores a pagar, SES-DF, até dezembro de 2016

<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRITO</b>	<b>PAGO</b>	<b>CANCELADO</b>	<b>RETENÇÃO</b>	<b>A PAGAR</b>
Processados	238.682.496,68	230.175.982,88	3.934,40	-	7.419.947,35
Não Processados	365.233.184,89	197.382.327,08	88.939.195,63	3.198.832,77	1.334.662,06
<b>TOTAL</b>	<b>603.915.681,57</b>	<b>427.558.309,96</b>	<b>88.943.130,03</b>	<b>3.198.832,77</b>	<b>8.754.609,41</b>

Fonte: GEPLOS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIGGO, em 02/02/2017.

## **8. AUDITORIAS E OUTRAS AÇÕES DE CONTROLE**

No Distrito Federal, as atividades de auditoria e controle é coordenada pela Unidade de Controle Interno (UCI) subordinada à Controladoria Geral do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 34.367/2013 que no seu artigo primeiro estabelece que a Unidade de Controle Interno (UCI) se subordina normativa e tecnicamente à Controladoria Geral do Distrito Federal, e o titular integra a Carreira de Auditoria de Controle Interno do DF, sem prejuízo da subordinação administrativa ao Secretário da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

A Portaria nº 226 de 26 de novembro de 2015, que disciplina a realização das ações de controle pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, na condição de Órgão Central de Controle Interno, estabelece em seu art. 6º, as competências e atribuições das Unidades de Controle Interno.

A Portaria Conjunta nº 12, de 10 de dezembro de 2015, disciplina o funcionamento da Unidade de Controle Interno (UCI), pertencente à estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, estabelecendo a subordinação hierárquica, a supervisão técnica e normativa dos auditores e inspetores de controle interno, lotados na UCI, à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), Órgão Central de Controle Interno do Distrito Federal.

### **8.1. AUDITORIAS REALIZADAS E DECISÕES PROFERIDAS**

A UCI no período de janeiro a agosto de 2016 acompanhou junto à Controladoria Geral do DF (CGDF), a auditoria realizada no Hospital da Criança de Brasília, cujo escopo foi a regularidade na contratação, a execução dos serviços e a prestação de contas.

Para compor a Prestação de Contas Anual do Governador do Distrito Federal, relativa ao exercício de 2015, foi realizada uma auditoria no Programa 6202 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. As avaliações realizadas foram focadas no Programa de Imunização no âmbito do Distrito Federal, que tem por objetivo contribuir para o controle, eliminação e/ou erradicação das doenças imunopreveníveis de maneira descentralizada e hierarquizada. Outra importante auditoria que iniciou no primeiro quadrimestre teve como escopo a avaliação do processo de compras de medicamentos de alto custo e de insumos com conclusão prevista para o terceiro quadrimestre.

Além das auditorias da CGDF, a UCI acompanhou a auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) no Programa de Fiscalização de Entes Federativos -



Fiscalização de Recursos Públicos Federais Aplicados pelo Governo do Distrito Federal, que teve como escopo a **aplicação de recursos na Atenção Básica UPA-24 horas**, no combate ao Aedes Aegypti, além da utilização **dos Recursos Transferidos do Fundo Nacional de Saúde**.

Outras atividades realizadas pela UCI trataram do **monitoramento de 172 (cento e setenta e duas) solicitações dos órgãos de controle**, sendo 20 (vinte) procedimentos de auditorias e inspeções e 152 (cento e cinquenta e duas) decisões. Estes trabalhos resultaram em determinações de planos de providências que foram classificadas conforme as fontes de recursos da atenção primária, da assistência especializada, da vigilância em saúde, da assistência farmacêutica, da gestão e planejamento, da urgência e emergência, da atenção psicossocial, da gestão e manutenção do Estado, conforme demonstrados na Tabela 105.

**Tabela 105** - Número de auditorias e decisões, segundo fonte de recursos, SES-DF, janeiro a agosto, 2016

Fontes de Recursos	1º Quadrimestre			2º Quadrimestre			Total Geral
	Auditorias	Decisões	Total	Auditorias	Decisões	Total	
Atenção Primária	0	4	4	0	3	3	7
Assistência Especializada	1	5	6	0	3	3	9
Vigilância Em Saúde	0	0	0	0	0	0	0
Assistência Farmacêutica	1	1	2	1	3	4	6
Gestão e Planejamento	7	21	28	3	17	20	48
Urgência e Emergência	3	1	4	0	1	1	5
Atenção Psicossocial	1	0	1	0	0	0	1
Gestão e Manutenção do Estado	11	10	21	6	18	24	45
Outros *	3	46	49	10	107	117	166
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>88</b>	<b>115</b>	<b>20</b>	<b>152</b>	<b>172</b>	<b>287</b>

Fonte: UCI/SES-DF, jan-ago/2016.

Nota: O item "Outros" é referente a Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, Aposentadorias.

No terceiro quadrimestre, a UCI acompanhou junto à Controladoria Geral do DF (CGDF), auditoria no **Programa 6202 - Brasília Saudável para compor a Prestação de Contas Anual do Governador do Distrito Federal**, relativa ao exercício de 2015. As avaliações realizadas foram focadas em dois pontos: um **na Atenção Primária** no âmbito do Distrito Federal, especificamente nas salas de vacina e outro na aquisição e manutenção de equipamentos médicos. Outra importante auditoria que se iniciou no primeiro quadrimestre e tem sido acompanhada por esta Unidade de Controle teve como escopo a avaliação do **processo de compras de medicamentos de alto custo e de insumos**, que será concluída em breve.

Além das auditorias da CGDF, a UCI acompanhou auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), que teve como escopo a **Assistência Oncológica no DF**, em específico os procedimentos de quimioterapia.

Ademais, a Unidade de Controle Interno em parceria com o Departamento Nacional de Auditoria do SUS/MS (DENASUS/MS) realizou auditoria com objetivo de avaliar a **Assistência Oncológica prestada no Distrito Federal**, com enfoque inicial no Hospital Universitário de Brasília, no qual em breve será emitido relatório. Somada, a esta auditoria também foi acompanhada a auditoria sobre contratualização realizada pelo DENASUS/MS, ainda sem relatório conclusivo.

No terceiro quadrimestre, foram realizados monitoramento em 405 (quatrocentas e cinco) solicitações dos órgãos de controle, a UCI monitora os prazos de respostas das áreas técnicas às demandas (ver Tabela 106).

**Tabela 106** - Total de demandas, por órgãos do controle externo demandantes de auditorias, ou decisões a serem adotadas pela SES/DF, a quantidades de demandas recebidas, 2016

<b>Órgão demandantes das auditorias</b>	<b>Quantidades de Demandas</b>
Controladoria Geral da União (CGU)	7
Tribunal de Contas da União (TCU)	3
Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) (Decisões)	207
Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) (Notas de Inspeção)	38
Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF)	52
Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF)	7
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)	3
Ministério Público Federal (MPF)	5
Ministério Público de Contas (MPC)	5
Secretaria de Planejamento (SEPLAG)	2
Promotoria de Defesa da Saúde (PROSUS/MPDFT)	47
Defensoria Pública	2
Ministério do Trabalho	8
Ministério da Saúde	12
PRDF	7
<b>Total</b>	<b>405</b>

**Fonte:** Unidade de Controle Interno (UCI/SES-DF), 2016.

Dos trabalhos acompanhados pela UCI, destaca-se a auditoria realizada no Hospital da Criança de Brasília, cujo escopo foi a regularidade na contratação, a execução dos serviços e a prestação de contas, e auditoria na folha de pagamento.

A UCI também analisou as conformidades de 203 processos de **Reconhecimento de Dívida e de Despesas Indenizatórias**, conforme demonstrado na Tabela 107.

As análises das Despesas Indenizatórias e Reconhecimento de Dívida possibilitaram o monitoramento de cumprimento de recomendações em diversos relatórios, dentre eles o Relatório de **Auditoria Especial nº 02/2015 - DISED/CONAS/SUBCI/CGDF**, o Relatório de **Auditoria Especial nº 02/2014 - DISED/CONAS/CONT/STC** e de várias decisões exaradas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

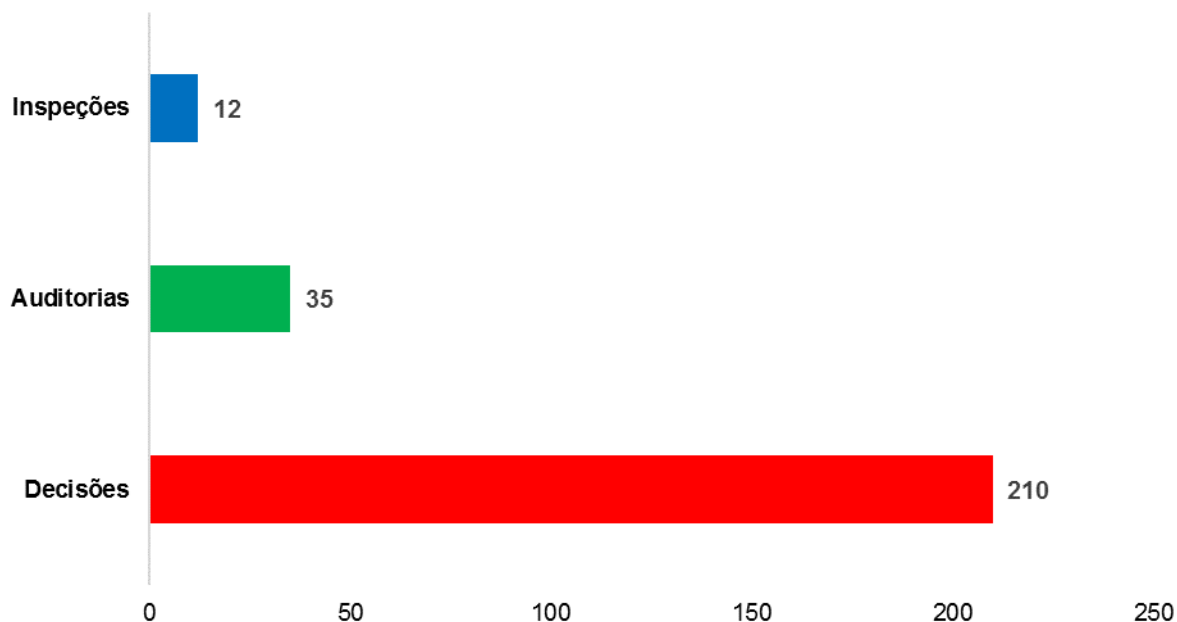
**Tabela 107** - Análise de conformidade para Reconhecimento de Dívida e de Despesas Indenizatórias realizadas pela a UCI, 2016

<b>Análise dos processos e fase administrativa</b>	<b>Total</b>
Despesa Indenizatória - Finalizadas	<b>71</b>
Despesa Indenizatória - Em andamento	<b>05</b>
Reconhecimento de Dívida - Finalizadas	<b>107</b>
Reconhecimento de Dívida - Em andamento	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>203</b>

**Fonte:**UCI/SES-DF, 2016.

Neste quadrimestre, a UCI acompanhou junto às demais áreas da Secretaria de Saúde a implementação dos planos de providências determinados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, por exemplo o Plano de Ação da Assistência Farmacêutica envolvendo questões de armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos, o Plano dos Serviços da Rede de Atenção às Urgências e Emergência, o Plano da Atenção Psicossocial, o Plano da Regularidade na Aquisição de órtese, prótese e materiais (OPME), o Plano da Gestão das instalações, equipamentos, insumos e pessoal para funcionamento da área de oftalmologia.

**Gráfico 24** - Resultados das decisões e auditorias realizadas, SES-DF, 2016



Fonte:UCI/SES-DF, 2016.

No Anexo 3 desse relatório é detalhado os órgãos demandantes, o tipo de documento da demanda, tipo de demanda, finalidade, unidade predominante e o tipo de solicitação e a situação em que se encontra o processo nesse terceiro quadrimestre.

## 8.2. OUTRAS ATIVIDADES DE CONTROLE

Na SES/DF, a Diretoria de Controle de Serviços de Saúde monitora e fiscaliza os procedimentos realizados pelas Unidades de Saúde Públicas e Privadas contratadas, que apresentam inconformidades nos sistemas de informações e faturamentos dos procedimentos realizados no SUS, Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) ou no Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS), reorientando as correções para garantir o faturamento, ou anulação dos registros de procedimentos das inconformidades apresentadas nos sistemas.

Os controladores da Gerência de Processamento de Informações Ambulatorial e Hospitalar analisam as críticas, apresentadas pelo SIHSUS e SIASUS quanto à consistência das informações em observância das normas técnicas, podendo ser liberado o processamento para faturamentos ou glosado por inconformidade.

O Resumo dos Valores Aprovados por CNES disponível no SIH mostra que no Distrito Federal, no ano de 2016, o percentual de rejeição de AIH ficou em 1,46%, dentre as 182.114 AIH que foram apresentadas, apenas 2.667 foram rejeitadas (ver Tabela 108).

**Tabela 108** - Número de AIH apresentadas, aprovadas e percentual de rejeição mensal, 2016

<b>Mês</b>	<b>AIH Apresentada</b>	<b>AIH Aprovada</b>	<b>% Rejeição de AIH</b>
Janeiro	11.670	11.463	0,98
Fevereiro	11.346	11.292	0,99
Março	14.134	13.987	0,99
Abril	14.755	14.550	0,99
Mai	17.436	17.100	1,93
Junho	16.605	16.362	1,46
Julho	15.341	15.166	1,14
Agosto	17.762	17.541	1,24
Setembro	15.987	15.583	2,53
Outubro	15.541	15.310	1,49
Novembro	16.059	15.860	1,24
Dezembro	15.478	15.233	1,58
<b>Total</b>	<b>182.114</b>	<b>179.447</b>	<b>1,46</b>

**Fonte:** GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIH, mar/2017, sujeitos a alterações.

**Nota:** As causas de glosas mais comuns são duplicidade de digitação de procedimento e duplicidade por sobreposição de internação.

Observa-se o mesmo comportamento nas AIH apresentadas e aprovadas no acumulado dos quadrimestres de 2016, ou seja, do total de 182.114 apresentadas, 179.447 foram aprovadas, o que representou apenas 1,46% de rejeitadas no período. (Tabela 109).

**Tabela 109** - Número de AIH apresentadas, aprovadas e percentual de rejeição, 2016

<b>Quadrimestre</b>	<b>AIH Apresentada</b>	<b>AIH Aprovada</b>	<b>% Rejeição de AIH</b>
1º Quadrimestre	51.905	51.292	0,99
2º Quadrimestre	67.144	66.169	1,45
3º Quadrimestre	63.065	61.986	1,71
<b>Total</b>	<b>182.114</b>	<b>179.447</b>	<b>1,46</b>

**Fonte:** GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SIH, mar/2017, sujeitos a alterações.

## 9. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O RAG

O Relatório Anual de Gestão (RAG) é normatizado pela Lei Complementar 141/2012 e pelo Decreto Presidencial nº 7.508/2011 que apontam para a consolidação de uma cultura de planejamento em saúde no SUS.

O RAG-2016 da SES/DF, em conformidade com o Plano Distrital de Saúde para os anos 2016-2019, traz informações sobre o perfil demográfico e epidemiológico da população do Distrito Federal referente ao ano de 2016. Alguns dados, por especificidade dos seus sistemas de informações, são referentes ao ano de 2015, como os dados de estimativas populacionais e de mortalidade em geral.

Neste RAG, os dados demográficos têm como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLA). Os dados Epidemiológicos referentes a morbimortalidade são oriundos dos sistemas de informação do SUS (SCNES, SIA-SUS, SIH-SUS, SIM, SINACS, SINAN etc.)

A Rede Física de Saúde Pública e Privada do Distrito Federal que mostra o parque tecnológico de saúde no DF, tanto público como privado, mostrando o público próprio e o complementar contratado.

As metas e os resultados em 2016 da Programação Anual de Saúde (PAS), nos seus três Eixos: Atenção à Saúde, Gestão e o referente a Infraestrutura e Logística. Cabe ressaltar que a PAS faz parte dos instrumentos de planejamento do SUS desde a Lei nº 8.080/90 e foi elaborada guardando coerência com o PDS 2016-2019. As ações dos serviços prestados, assistenciais e de vigilância em saúde, entregue à população, estão demonstrados em várias tabelas e gráficos, continua sendo um desafio a gestão, na ampliação de serviços em tempo de recursos escassos para investimentos.

A parte referente ao resultado da Pactuação Interfederativa de Indicadores de Saúde no ano de 2016 mostram situações que devem ser confrontadas com as principais causas de morbimortalidade no DF para reforçar as ações necessárias a redução de agravos à saúde da população em geral evitando gastos e esforços com ações menos graves, mas de impacto midiáticos.

No que concerne a execução orçamentária conforme a **Lei Distrital nº 5.601/2015**, de 30 de dezembro de 2015, a dotação inicial aprovada para a área da saúde em 2016 foi de R\$ 6.215.162.837,00 (seis bilhões, duzentos e quinze milhões, cento e sessenta e dois mil e oitocentos e trinta e sete reais), com a suplementação de R\$ 335.650.673,74 (trezentos e trinta e cinco milhões e seiscentos e cinquenta mil e seiscentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos), fechando o anual com o autorizado de R\$ 6.550.813.510,74 (seis bilhões, quinhentos e cinquenta milhões e oitocentos e treze mil e quinhentos e dez reais e setenta e quatro centavos), conforme mostra a Tabela 95.

Os dados sobre a aplicação de obrigação legal foram extraídos da Portaria-SEFAZ nº 26, de 30/01/2017, publicada no DODF nº 21, de 30/01/2017, p.39-40, 6º Bimestre, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). Verifica-se um grande volume de recursos, porém insuficientes para as ações necessárias a manutenção (pagamentos indenizatórios) e a ampliação da rede (contrapartidas e investimentos).

Em relação a **Auditoria e Controle**, no Distrito Federal, as atividades de auditoria e controle é coordenada pela Unidade de Controle Interno (UCI) subordinada à Controladoria Geral do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 34.367/2013 que no seu artigo primeiro estabelece que a Unidade de Controle Interno (UCI) se subordina normativa e tecnicamente à Controladoria Geral do Distrito Federal, e o titular integra a Carreira de Auditoria de Controle Interno do DF, sem prejuízo da subordinação administrativa ao Secretário da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O RAG da SES/DF busca relatar o processo de aprimoramento da utilização dos instrumentos que de planejamento, apresentando os resultados alcançados na execução da PAS-2016, conforme os três eixos do PDS-2016-2019 em seu conjunto de metas, ações e indicadores. As equipes gestoras conseguiram registrar dentro de seu planejamento o que foi possível realizar. Sendo, portanto, a orientação dos eventuais ajustes no Plano Distrital de Saúde (PDS) para anos de 2017 a 2019.

## 10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 e junho de 2011. Regulamenta a Lei no. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 29.06.2011**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm)>. Acesso em: 10.fev.2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 16.01.2012**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm)>. Acesso em: 28.jan.2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 459, de 10 de outubro de 2012. Aprova o Modelo Padronizado de Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas para os Estados e Municípios, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012, na forma do Anexo I desta resolução. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 21.12.2012**. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0459\\_10\\_10\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0459_10_10_2012.html)>. Acesso em: 10 fev.2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. **Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores : 2013 - 2015** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. - Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 156 p.: il. - (Série Articulação Interfederativa, v. 1).

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Saúde. **Relatório Anual de Atividades: Prestação de Contas Anual do Governador-2015**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Saúde. **Relatório de Atividades Quadrimestral - RAQ - 3º - 2015 das Subsecretarias, Unidade de Controle Interno, Superintendências das Regiões de Saúde, Hospitais de Referência**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_.CODEPLAN. **Perfil dos idosos no distrito federal, segundo as regiões administrativas**. Brasília, 2013.



IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de apresentação tabular** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de informações. 3. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MERCER. **Imprensa**. Disponível em: <<http://www.mercer.com.br/newsroom/ranking-de-qualidade-de-vida-2015-mercer.html>>. Acesso em: 10 jun.2016.

REVISTA PRÉ-UNIVESP. **Perfil dos Idosos brasileiros**. Disponível em: <http://pre.univesp.br/perfil-dos-idosos-brasileiros#.V4zvy7grKhc>>. Acesso em: maio.2016.

## ANEXOS

As tabelas abaixo referem-se ao desdobramento do Capítulos/Formulários 9 - Demonstrativo da Utilização dos Recursos - Fonte: SIOPS, do Montante e Fonte de Recursos Aplicado no Período e correspondem as telas do SARGSUS, ano de 2016.

### 1. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Execução Financeira, receitas, despesas e movimentação financeira, 2016

Bloco de financiamento	Receitas						Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros Rendimentos	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
Atenção básica	106.047.771,85	0,00	0,00	0,00	0,00	106.047.771,85	117.682.624,00	47.198.125,56	18.704.776,16	18.135.269,50	0,00	0,00	87.912.502,35	
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	74.885.136,70	0,00	0,00	0,00	0,00	74.885.136,70	90.371.647,87	29.394.075,32	7.945.390,34	7.788.312,44	0,00	0,00	67.096.824,26	
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	31.162.635,15	0,00	0,00	0,00	0,00	31.162.635,15	27.310.976,13	17.804.050,24	10.759.385,82	10.346.957,06	0,00	0,00	20.815.678,09	
Saúde da Família	18.396.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.396.760,00	16.678.898,23	16.455.346,20	9.797.546,10	9.388.607,29	0,00	0,00	9.008.152,71	
Agentes Comunitários de Saúde	8.075.496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.075.496,00	122.169,32	122.169,32	0,00	0,00	0,00	0,00	8.075.496,00	
Saúde Bucal	235.298,70	0,00	0,00	0,00	0,00	235.298,70	1.226.535,58	1.226.534,72	961.839,72	958.349,77	0,00	0,00	-723.051,07	
Compensação de Especificidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Bloco de financiamento	Receitas						Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros Rendimentos - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
Regionais														
Fator Incentivo Atenção Básica - Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	3.475.080,45	0,00	0,00	0,00	0,00	3.475.080,45	8.098.029,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.475.080,45	
Núcleo Apoio Saúde Família	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00	
Incentivo: Atenção Integral à Saúde do Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.185.344,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo(6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Bloco de financiamento	Receitas					Despesas						Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											Rendimentos - Outros
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	558.804.642,71	0,00	0,00	47.878.026,43	0,00	606.682.669,14	1.620.639.494,31	1.612.462.458,28	1.249.255.101,15	1.249.255.101,64	984.269.394,19	598.912.617,19	1.287.208.899,62	45.723.849,93
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	558.804.642,71	0,00	0,00	47.878.026,43	0,00	606.682.669,14	1.568.755.968,53	1.561.061.693,93	1.212.007.323,85	1.212.007.324,34	984.269.394,19	598.912.617,19	1.287.208.899,62	82.971.627,23
Teto financeiro	553.391.242,71	0,00	0,00	47.878.026,43	0,00	601.269.269,14	1.542.941.605,69	1.542.941.605,69	1.200.553.208,96	1.200.553.208,96	984.269.394,19	598.912.617,19	1.287.208.899,62	89.012.342,61
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	3.588.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.588.000,00	10.204.842,00	9.002.777,29	8.043.593,91	8.043.593,91	0,00	0,00	0,00	-4.455.593,91
CEO-Centro Espec. Odontológica	1.825.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.825.400,00	7.750.105,00	4.598.230,01	1.330.978,42	1.330.978,91	0,00	0,00	0,00	494.421,09
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.844.697,00	4.505.261,83	2.065.723,45	2.065.723,45	0,00	0,00	0,00	-2.065.723,45
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.718,84	13.819,11	13.819,11	13.819,11	0,00	0,00	0,00	-13.819,11
Outros Programas Financ. por Transf.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

		Receitas					Despesas					Movimentação financeira			
Bloco de financiamento	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual		
	Federal	Outros Estados	Municípios												
Fundo a Fundo															
Outros Programas Financeiros por Transferência a Fundo (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.883.525,78	51.400.764,35	37.247.777,30	37.247.777,30	0,00	0,00	0,00	-37.247.777,30		
CNRAC - Centro Nacional de Regulação de Alta Complex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Terapia Renal Substitutiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.579.450,00	39.096.688,57	26.673.219,41	26.673.219,41	0,00	0,00	0,00	-26.673.219,41		
Transplantes - Cornea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transplantes - Rim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transplantes - Fígado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transplantes - Pulmão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transplante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Bloco de financiamento	Receitas						Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
s - Coração														
Transplantes - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.304.075,78	12.304.075,78	10.574.557,89	10.574.557,89	0,00	0,00	-10.574.557,89	
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo(6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância em Saúde	25.749.805,37	0,00	0,00	0,00	0,00	25.749.805,37	61.421.074,00	21.922.559,57	17.675.757,33	16.663.637,03	0,00	0,00	9.086.168,34	
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	22.273.736,20	0,00	0,00	0,00	0,00	22.273.736,20	38.595.725,00	10.998.181,65	9.769.081,92	9.693.364,88	0,00	0,00	12.580.371,32	
Vigilância Sanitária	3.476.069,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.476.069,17	22.825.349,00	10.924.377,92	7.906.675,41	6.970.272,15	0,00	0,00	-3.494.202,98	
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica	27.256.622,86	0,00	0,00	0,00	0,00	27.256.622,86	213.017.223,00	204.359.642,41	173.182.202,70	154.175.126,68	0,00	0,00	-126.918.503,82	

Bloco de financiamento	Receitas					Total	Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Total		Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual
	Federal	Outros Estados	Municípios											
a														
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	14.420.238,95	0,00	0,00	0,00	0,00	14.420.238,95	28.954.504,00	26.915.241,17	20.478.800,15	20.478.800,15	0,00	0,00	0,00	-6.058.561,20
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	12.836.383,91	0,00	0,00	0,00	0,00	12.836.383,91	145.786.369,00	142.299.557,29	123.067.371,46	107.060.295,44	0,00	0,00	0,00	-94.223.911,53
Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.276.350,00	35.144.843,95	29.636.031,09	26.636.031,09	0,00	0,00	0,00	-26.636.031,09
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência a Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	362.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.700,00	7.411.181,00	1.790.784,22	1.773.385,89	1.773.385,89	0,00	0,00	0,00	-1.410.685,89
Qualificação da Gestão do SUS	362.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.700,00	7.411.181,00	1.790.784,22	1.773.385,89	1.773.385,89	0,00	0,00	0,00	-1.410.685,89

Bloco de financiamento	Receitas						Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros Rendimentos - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Programas de Gestão do SUS financiados por transferência a Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	11.357.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.357.667,00	152.800.609,00	39.516.152,84	23.720.732,57	23.667.985,97	0,00	0,00	-12.310.318,97	
Outros Programas Financeiros por Transferência a Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	4.561.019.022,71	4.561.019.022,71	4.131.030.082,92	4.116.970.372,84	3.931.527.364,92	3.920.616.596,29	0,00	0,00	640.402.426,42	
Atenção básica	106.047.771,85	0,00	0,00	0,00	0,00	106.047.771,85	117.682.624,00	47.198.125,56	18.704.776,16	18.135.269,50	0,00	0,00	87.912.502,35	
Piso de Atenção	74.885.136,70	0,00	0,00	0,00	0,00	74.885.136,70	90.371.647,87	29.394.075,32	7.945.390,34	7.788.312,44	0,00	0,00	67.096.824,26	



Bloco de financiamento	Receitas					Total	Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual		
	Federal	Outros Estados	Municípios											
Básica Fixo (PAB Fixo)														
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	31.162.635,15	0,00	0,00	0,00	0,00	31.162.635,15	27.310.976,13	17.804.050,24	10.759.385,82	10.346.957,06	0,00	0,00	0,00	20.815.678,09
Saúde da Família	18.396.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.396.760,00	16.678.898,23	16.455.346,20	9.797.546,10	9.388.607,29	0,00	0,00	0,00	9.008.152,71
Agentes Comunitários de Saúde	8.075.496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.075.496,00	122.169,32	122.169,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.075.496,00
Saúde Bucal	235.298,70	0,00	0,00	0,00	0,00	235.298,70	1.226.535,58	1.226.534,72	961.839,72	958.349,77	0,00	0,00	0,00	-723.051,07
Compensação de Especificidades Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Incentivo Atenção Básica - Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	3.475.080,45	0,00	0,00	0,00	0,00	3.475.080,45	8.098.029,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.475.080,45
Núcleo	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00

Bloco de financiamento	Receitas					Despesas						Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
Apoio Saúde Família	00													
Incentivo: Atenção Integral à Saúde do Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.185.344,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo(6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	558.804.642,71	0,00	0,00	47.878.026,43	0,00	606.682.669,14	1.620.639.494,31	1.612.462.458,28	1.249.255.101,15	1.249.255.101,64	984.269.394,19	598.912.617,19	1.287.208.899,62	45.723.849,93
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	558.804.642,71	0,00	0,00	47.878.026,43	0,00	606.682.669,14	1.568.755.968,53	1.561.061.693,93	1.212.007.323,85	1.212.007.324,34	984.269.394,19	598.912.617,19	1.287.208.899,62	82.971.627,23
Teto financeiro	553.391.242,71	0,00	0,00	47.878.026,43	0,00	601.269.269,14	1.542.941.605,69	1.542.941.605,69	1.200.553.208,96	1.200.553.208,96	984.269.394,19	598.912.617,19	1.287.208.899,62	89.012.342,61
SAMU - Serviço de Atendimento	3.588.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.588.000,00	10.204.842,00	9.002.777,29	8.043.593,91	8.043.593,91	0,00	0,00	0,00	-4.455.593,91

Bloco de financiamento	Receitas					Despesas						Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
Móvel de Urgência														
CEO-Centro Espec. Odontológica	1.825.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.825.400,00	7.750.105,00	4.598.230,01	1.330.978,42	1.330.978,91	0,00	0,00	0,00	494.421,09
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.844.697,00	4.505.261,83	2.065.723,45	2.065.723,45	0,00	0,00	0,00	-2.065.723,45
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.718,84	13.819,11	13.819,11	13.819,11	0,00	0,00	0,00	-13.819,11
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.883.525,78	51.400.764,35	37.247.777,30	37.247.777,30	0,00	0,00	0,00	-37.247.777,30

Bloco de financiamento	Receitas						Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Rendimentos - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
CNRAC - Centro Nacional de Regulação de Alta Complex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Terapia Renal Substitutiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.579.450,00	39.096.688,57	26.673.219,41	26.673.219,41	0,00	0,00	0,00	-26.673.219,41	
Transplantes - Cornea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transplantes - Rim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transplantes - Fígado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transplantes - Pulmão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transplantes - Coração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transplantes - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.304.075,78	12.304.075,78	10.574.557,89	10.574.557,89	0,00	0,00	0,00	-10.574.557,89	
Outros Programas Financeiros por Transferência Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Programas Financeiros por Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Bloco de financiamento	Receitas					Despesas						Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
Fundo(6)														
Vigilância em Saúde	25.749.805,37	0,00	0,00	0,00	0,00	25.749.805,37	61.421.074,00	21.922.559,57	17.675.757,33	16.663.637,03	0,00	0,00	0,00	9.086.168,34
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	22.273.736,20	0,00	0,00	0,00	0,00	22.273.736,20	38.595.725,00	10.998.181,65	9.769.081,92	9.693.364,88	0,00	0,00	0,00	12.580.371,32
Vigilância Sanitária	3.476.069,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.476.069,17	22.825.349,00	10.924.377,92	7.906.675,41	6.970.272,15	0,00	0,00	0,00	-3.494.202,98
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica	27.256.622,86	0,00	0,00	0,00	0,00	27.256.622,86	213.017.223,00	204.359.642,41	173.182.202,70	154.175.126,68	0,00	0,00	0,00	-126.918.503,82
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	14.420.238,95	0,00	0,00	0,00	0,00	14.420.238,95	28.954.504,00	26.915.241,17	20.478.800,15	20.478.800,15	0,00	0,00	0,00	-6.058.561,20
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	12.836.383,91	0,00	0,00	0,00	0,00	12.836.383,91	145.786.369,00	142.299.557,29	123.067.371,46	107.060.295,44	0,00	0,00	0,00	-94.223.911,53
Componente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.276.35	35.144.8	29.636.03	26.636.031,0	0,00	0,00	0,00	-26.636.031,09

Bloco de financiamento	Receitas						Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
e Medicamentos de Dispensação Excepcional						0,00	43,95	1,09	9					
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência a Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão do SUS	362.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.700,00	7.411.181,00	1.790.784,22	1.773.385,89	1.773.385,89	0,00	0,00	0,00	-1.410.685,89
Qualificação da Gestão do SUS	362.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.700,00	7.411.181,00	1.790.784,22	1.773.385,89	1.773.385,89	0,00	0,00	0,00	-1.410.685,89
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas de Gestão do SUS financiados por transferência a Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bloco</b>	<b>11.357.6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.357.667,00</b>	<b>152.800.6</b>	<b>39.516.1</b>	<b>23.720.73</b>	<b>23.667.985,9</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-12.310.318,97</b>

Bloco de financiamento	Receitas						Despesas					Movimentação financeira		
	Transferências fundo a fundo			Operação de Crédito - Recursos próprios - Outros	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Orçada	Restos a pagar - Outros pagamentos	Saldo financeiro no exercício anterior	Saldo financeiro no exercício atual	
	Federal	Outros Estados	Municípios											
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	67,00					09,00	52,84	2,57	7					
Outros Programas Financeiros por Transferência a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	4.561.019.022,71	4.561.019.022,71	4.131.030.082,92	4.116.970.372,84	3.931.527.364,92	3.920.616.596,29	0,00	0,00	0,00	640.402.426,42

Fonte: GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SARGSUS, em mar/2017, referente jan-dez/2016.

## 2. DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE

### Demonstrativo Orçamentário das Despesas com Saúde, SES-DF, 2016

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)				
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	% (b/a)x100
COMPETÊNCIA TRIBUTARIA MUNICIPAL (I)	841.872.451,25	5.749.542.451,25	5.616.464.675,19	97,69
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA	599.743.388,00	3.298.163.388,00	3.055.056.909,96	92,62
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	789.248,00	620.789.248,00	704.910.332,35	113,55
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.083.685,00	512.083.685,00	322.855.117,84	63,05
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	592.352.068,00	1.982.352.068,00	1.850.931.899,08	93,37
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.173.098,00	19.523.098,00	20.568.284,22	105,35
Dívida Ativa dos Impostos	1.614.909,00	134.504.909,00	124.457.716,29	92,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.730.380,00	28.910.380,00	31.333.560,18	108,38
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	242.129.063,25	2.451.379.063,25	2.561.407.765,23	104,48
Cota-Parte FPM	8.006.993,00	158.006.993,00	166.349.405,10	105,27
Cota-Parte ITR	730.840,00	1.730.840,00	1.012.960,35	58,52
Cota-Parte IPVA	3.364.332,50	522.864.332,50	513.460.884,08	98,21
Cota-Parte ICMS	229.839.426,25	1.759.339.426,25	1.874.880.411,75	106,56
Cota-Parte IPI-Exportação	115.061,75	1.115.061,75	1.756.572,70	157,53
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	72.409,75	8.322.409,75	3.947.531,25	47,43
Desoneração ICMS (LC 87/96)	72.409,75	8.322.409,75	3.947.531,25	47,43
Outras	N/A	N/A	N/A	N/A
COMPETÊNCIA TRIBUTARIA ESTADUAL (II)	695.068.396,75	6.513.818.396,75	6.875.309.026,51	105,54
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA	694.422.100,25	5.895.422.100,25	6.258.456.261,86	106,15
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	180.815,00	81.180.815,00	109.201.183,42	134,52
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	689.129.516,25	5.189.129.516,25	5.531.664.360,26	106,61
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	2.408.623,00	467.408.623,00	459.343.133,07	98,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	851.655,50	33.851.655,50	46.105.900,47	136,19
Dívida Ativa dos Impostos	1.466.801,50	97.716.801,50	90.586.184,76	92,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	384.689,00	26.134.689,00	21.555.499,87	82,47



RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	646.296,50	618.396.296,50	616.852.764,65	99,75
Cota-Parte FPE	83.882,00	590.083.882,00	599.740.452,80	101,63
Cota-Parte IPI-Exportação	345.185,25	3.345.185,25	5.269.718,10	157,53
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	217.229,25	24.967.229,25	11.842.593,75	47,43
Desoneração ICMS (LC 87/96)	217.229,25	24.967.229,25	11.842.593,75	47,43
Outras				
IMPOSTOS NÃO SEGREGÁVEIS EM COMPETÊNCIA ESTADUAL OU MUNICIPAL (III)	713.505.235,00	3.738.505.235,00	2.858.090.756,15	76,45
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	713.505.235,00	3.738.505.235,00	2.858.090.756,15	76,45
TOTAL DE RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I + II + III)	2.250.446.083,00	16.001.866.083,00	15.349.864.457,84	95,92
VALOR MÍNIMO DA RECEITA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL A SER APLICADO EM ASPSP (IV) = (I x 0,15)	126.280.867,69	862.431.367,69	842.469.701,28	97,69
VALOR MÍNIMO DA RECEITA DE COMPETÊNCIA ESTADUAL A SER APLICADO EM ASPSP (V) = (II x 0,12)	83.408.207,61	781.658.207,61	825.037.083,18	105,54
VALOR MÍNIMO DA RECEITA DE IMPOSTOS NÃO SEGREGÁVEIS A SER APLICADO EM ASPSP (VI) = (III x 0,12)	85.620.628,20	448.620.628,20	342.970.890,74	76,45
TOTAL DO VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM ASPSP (VII) = (IV + V + VI)	295.309.703,50	2.092.710.203,50	2.010.477.675,20	96,08

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d) (R\$)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.798.202,00	723.798.202,00	777.457.236,22	107,41
Provenientes da União	3.798.202,00	723.798.202,00	729.579.209,79	100,80
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	47.878.026,43	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				

RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.798.202,00	723.798.202,00	777.457.236,22	107,41

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Jan a Dez (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	6.072.567.776,00	6.177.936.846,49	5.392.125.569,39	612.578.373,49	97,20
Pessoal e Encargos Sociais	4.422.279.885,00	4.144.182.589,01	3.922.952.112,92	194.018.259,92	99,34
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.650.287.891,00	2.033.754.257,48	1.469.173.456,47	418.560.113,57	92,82
DESPESAS DE CAPITAL	142.595.061,00	126.065.441,74	23.713.751,33	15.802.401,51	31,35
Investimentos	141.945.061,00	126.065.441,74	23.713.751,33	15.802.401,51	31,35
Inversões Financeiras	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (VIII)	6.215.162.837,00	6.304.002.288,23	6.044.220.095,72		95,88

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Jan a Dez (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i)/IV(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00
DESPEÇA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		2.884.509.800,84	312.421.196,24	52,89

Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		1.280.000.000,00	120.000.000,00	23,16
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		1.604.509.800,84	192.421.196,24	29,73
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	N/A	N/A	N/A	155.972.802,32	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (IX)		N/A	3.352.903.799,40		55,47

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = $[V(f+g)/VI(h+i)]$	-1,00
--	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = $(VII(H+I) / IVB \times 100)$ - LIMITE CONSTITUCIONAL 12% <sup>4</sup> E 5	2.691.316.296,32
--	------------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL $[VII(h+i) - (12 \times IVb)/100]$	680.838.621,12
---	----------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2015	71.074.794,07	0,00	71.074.794,07	0,00	0,00
Inscritos em 2014	7.226.685,18	3.348.569,59	3.878.115,59	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	7.514.134,23	1.722.957,73	5.791.176,50	0,00	0,00
TOTAL	85.815.613,48	5.071.527,32	80.744.086,16	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (XII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (XIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Jan a Dez (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% $[(l+m)/total(l+m)] \times 100$
Atenção	4.169.985,00	117.682.624,00	18.704.776,16	28.493.349,40	0,78

Básica					
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	72.666.727,00	727.654.473,42	459.828.870,86	187.509.992,48	10,71
Suporte Profilático e Terapêutico	84.260.116,00	213.017.223,00	173.182.202,70	31.177.439,71	3,38
Vigilância Sanitária	3.656.724,20	22.825.349,00	7.906.675,41	3.017.702,51	0,18
Vigilância Epidemiológica	0,00	38.595.726,00	9.769.081,92	1.229.099,73	0,18
Alimentação e Nutrição	3.656.724,20	187.621.280,00	160.072.804,84	16.409.366,24	2,92
Outras Subfunções	4.599.180.268,57	4.996.605.612,81	4.586.374.908,83	360.543.824,93	81,85
TOTAL	4.767.590.544,97	6.304.002.288,23	6.044.220.095,72		100,00

**Fonte:** GEMOAS/DIPLAN/COPLAN/SUPLANS/SES-DF. Dados extraídos do SARGSUS em MAR/2017, referente jan-dez/2016.

### 3. DETALHAMENTO DAS AUDITORIAS REALIZADAS OU EM FASE DE EXECUÇÃO

Detalhamento das Auditorias, por UF, demandante, responsável, doc. da demanda, tipo doc. da demanda, finalidade da auditoria, objetivo específico, unidade predominante, situação e tipo de solicitação, SES-DF, no terceiro quadrimestre 2016

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	8551/2016	Ofício	Representação nº 32/2012 CF-MP acerca da prestação de serviços médicos laboratoriais no hospital regional de santa maria por parte da empresa Biofast medicina e saúde	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	01-15282/2009	Ofício	Inspeção-política de atenção primária.	SAIS	Inspeção
DF	UCI	CGDF	61/2016	Solicitação de auditoria	Solicitação de auditoria 61/2016-DIAPG/SUBCI/CGDF reiteração	HBDF	Auditoria
DF	UCI	TCDF	8568/2016	Ofício	Pensão civil instituída por Vera de Oliveira Gonçalves	SUGEP	Decisão
DF	UCI	TCDF	8560/2016	Ofício	Aposentadoria de Antônia Aquino Sinzato	SUGEP	Decisão
DF	UCI	TCDF	8392/2016	Ofício	Autos instaurados para abrigar quitação a ser expedida ao Sr. Rafael de Aguiar	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	8748/2016	Ofício	Processo 1.778/2016 e auditoria operacional	SAIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	8821/2016	Ofício	Avaliar o programa assistência farmacêutica no que concerne a capacidade de o governo do DF fornecer à população de forma gratuita e	SAIS	Auditoria

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
					tempestiva os medicamentos integrantes da assistência farmacêutica básica		
DF	UCI	GP-TCDF	8773/2016	Ofício	Aposentadoria de Aparecida do Carmo - SES	SUGEP	Decisão
DF	UCI	TCDF	8915/2016	Ofício	Decisão 4.383/2016	FSDF	Decisão
DF	UCI	PROESP/PGDF	360/2016	Ofício	Auditoria de pessoal ativo realizada pela Controladoria Geral do DF CGDF	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	TCDF	8917/2016	Ofício	Possíveis irregularidades na aquisição de unidade modulares de saúde	SULIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	8906/2016	Ofício	Decisão 4.322/2016 Processo 25.218/2011	SULIS	Decisão
DF	UCI	DIAPG/COAPG/SUBCI	76/2016	Solicitação de auditoria	Solicitação de auditoria 76/2016 - DIAPG/COAPG/SUBCI	SAIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	8389/2016	Ofício	Representação 014/2016-CF-MP junto a corte versando sobre possíveis irregularidade referentes ao contrato 98/2013 decorrentes do Pregão Eletrônico 137/2013 SES/DF	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	8818/2016	Ofício	Auditoria integrada realizada no âmbito da SES cumprimento ao plano geral de ação para o exercício	SULIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	2719/2016	Ofício	Carga horária de médicos efetivos da SES	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	TCDF	8963/2016	Ofício	Indicando possíveis ilegalidades no pagamento pela jurisdicionadas e notas fiscais de venda referentes ajustes	FSDf	Decisão
DF	UCI	DENASUS/MS	806/2016	Ofício	Acórdão 182/2015- TCU/Plenário	SUAG	Auditoria
DF	UCI	CGDF	07/2016	Solicitação de auditoria	Quantitativo total de linhas de telefônicas	SULIS	Auditoria
DF	UCI	DIRFA/CONAP/ SUBCI/CGDF	105/2016	Solicitação de auditoria	Auditoria folha de pagamento	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	SECONT	344/2016	Ofício	Decisões nº 3938/2012 e 3183/2016	SUGEP	Decisão
DF	UCI	SUBCI/CGDF	08/2016	Solicitação de auditoria	Informações requisitadas na solicitação de auditoria 03/2016, datada 22/08/2016	SULIS	Auditoria
DF	UCI	TCU	0528/2016	Ofício	Relatório de auditoria operacional	GABRIELA	Auditoria
DF	UCI	TCDF	8.940/2016	Ofício	Decisões 4365,4362,4336 e 4368	SUGEP	Decisão
DF	UCI	TCDF	8.630/2016	Ofício	Analisar a regularidade na aquisição de computadores realizada por meio de adesão à ata de registro de preços 04/2010-seplan/mg	CTINF	Decisão
DF	UCI	TCDF	8.833/2016	Ofício	Aposentadoria João Batista Luna	SUGEP	Decisão
DF	UCI	TCDF	8.832/2016	Ofício	Decisões 4.314,4.291 e 4.287/2016-TCDF	SUGEP	Decisão



UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	9059/2016	Ofício	Pregão Eletrônico pelo sistema de registro de preços 152/2016 lançado pela SES tendo por objeto a eventual aquisição de medicamento do Grupo 2 componente especializado conforme especializado conforme especificações e quantitativos constantes do edital.	FUNDO	Decisão
DF	UCI	TCDF	8984/2016	Ofício	Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre a SES e Organização Mundial da Família - OMF tendo como objeto a complementação do sistema de atendimento terciário na área de pediatria no DF incluindo a fabricação e montagem do Bloco II	SUPLANS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9141/2016	Ofício	Pregão Eletrônico 37/2016 promovido da SES-DF para eventual aquisição de fórmulas para fins especiais aos pacientes cadastrado no programa de terapia de nutrição	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	8828/2016	Ofício	Instituições de ensino superior no ano de 2005 para a concessão de estágios nas unidades daquela jurisdicionada	SUGEP	Decisão
DF	UCI	TCDF	8955/2016	Ofício	Admissão de pessoal Demóstenes Três Albuquerque	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	8995/2016	Ofício	Representação 017/2016-cf MP junto à corte versando sobre a abertura de créditos adicionais pela Câmara com suposta exigência de valores par a realização de pagamentos a prestadores de serviços de internação em leitos De Unidade de Terapia Intensiva - UTI	FSDF	Decisão
DF	UCI	CGDF	20/2016	Solicitação de auditoria	Auditoria de acompanhamento de gestão para avaliação da contratação de serviços de vigilância	FSDF	Auditoria
DF	UCI	CGDF	06/2016	Solicitação de auditoria	Ordem de serviço nº 103/2016 - programa de inspeção em curso na SES/DF que versa sobre a construção do Bloco II do Hospital da Criança	SULIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	9005/2016	Ofício	Denúncia sobre acumulação ilícita de cargo, emprego ou função públicos.	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9099/2016	Ofício	Representação nº 19/2015-CF, do ministério público junto à corte, sobre supostas irregularidades no processo de aquisição do equipamento pet SCAN, pela secretaria de estado de saúde do distrito federal, sem que a secretaria dispusesse de local adequado, insumos e profissional habilitado para operá-lo.	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	02_35.025/2015	Nota de auditoria	Auditoria de regularidade - bens móveis permanentes	SAIS	Auditoria

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	CGDF	08/2016	Solicitação de auditoria	Programa de auditoria em curso na SES, que requer informações a respeito da empresa OI	CTINF	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	9091/2016	Ofício	Despacho singular 328/2016 - pagamento da GMOV e GIABS e titulação	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9135/2016	Ofício	Admissões no cargo de técnico de saúde, especialidade técnico de enfermagem, realizadas pela secretaria de estado de saúde do distrito federal, decorrentes de aprovação no concurso regulado pelo Edital nº 35/2012-SES.	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9284/2016	Ofício	Representação n.º 19/2016-CF-MP, formulada pelo ministério público junto à corte, com pedido de medida cautelar, versando acerca da ocorrência de supostas irregularidades na aquisição de roupas para uso hospitalar (lençol, cobertor, cueiro e colcha) pela secretaria de estado de saúde do distrito federal – SES/DF, mediante registro de preços, decorrente do Pregão Eletrônico por SRP n.º 115/2015-SES/DF.	SAIS	Decisão
DF	UCI	PROESP/PGDF	360/2016	Ofício	Auditoria de pessoal ativo	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	G-TCDF	9103/2016	Ofício	Representação sobre possíveis irregularidades no programa de atenção domiciliar a pacientes da rede pública de saúde do DF	SAIS	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	9160/2016	Ofício	Nulidades no edital do Pregão Eletrônico 275/2015	SUAG	Decisão
DF	UCI	DIAOS/COLES/SUBCI/CGDF	06/2016	Solicitação de auditoria	Ordem de Serviço nº 103/2016 - programa de inspeção em curso na SES/DF que versa sobre a construção do Bloco II do Hospital da Criança	SULIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	9181/2016	Ofício	Contrato 17/2011 e 49/2011 celebrado entre SES e a CIAL Alimentos	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	14/2016	Ofício	Decisão 4.334/2016 referente a consulta formulada pelo BRB S.A acerca da possibilidade de emissão de parecer jurídico referencial nos processos administrativos daquela entidade seguindo os moldes da Orientação Normativa 55/2014 da AGU	AJL	Decisão
DF	UCI	SUBCI/CGDF	10/2016	Solicitação de auditoria	Telefonia fixa	SULIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	8962/2016	Ofício	Decisão 3.847/2016 TCDF	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9387/2016	Ofício	Despacho Singular 469/2016-im prorrogação de prazo	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9335/2016	Ofício	Decisão 4.537/2016 TCDF contratação nos empregos de enfermagem do trabalho	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	9401/2016	Ofício	Representação de pela empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	FUNDO	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9306/2016	Ofício	Admissões no cargo de especialista em saúde realizadas pela SES regida pelo edital 13/2016	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GA/SUBCI/CGDF	270/2016	Ofício	Apresentação de auditora Aldenira	PASTA	Auditoria
DF	UCI	TCDF	04-5170/16	Nota de auditoria	Atuação do controle interno no âmbito da SES	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	01/2016-14.260/2014	Nota de inspeção	Prestação de serviços de limpeza e conservação Contratos 179/2013 e outros	SULIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	04-1836/2013	Nota de auditoria	Monitoramento da auditoria operacional de avaliação da qualidade do serviço de saúde prestada na rede de atenção às urgências e emergências na rede pública do DF.	DIURE	Auditoria
DF	UCI	DIAPG/COAPG/SUBCI	87/2016	Solicitação de auditoria	Solicitação de processo	SAIS	Auditoria
DF	UCI	TCDF	03-1836/2013	Nota de auditoria	Solicitação de processo	SAIS	Auditoria
DF	UCI	GAB/CGDF	992/2016	Ofício	Auditoria de tecnologia da informação	LARISSA	Auditoria

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	TCDF	05-5170/16	Nota de auditoria	Representação 18/2014-CF	SAIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	9343/2016	Ofício	Verificação do cumprimento da deliberação constante do item IV da Decisão nº 3.963/2014 exarada nos autos do Processo 22.099/2013	SAIS	Decisão
DF	UCI	SES/CAHCBII	020/2016	Memorando	Resposta ao documento Solicitação de Auditoria - INSP nº 06/2016 DIAOS/COLES/SUBCI - ordem de serviços 103/2016	LARISSA	Auditoria
DF	UCI	UCI/SES	1672/2016	Memorando	Referente a Solicitação de Auditoria nº 117/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	UCI/SES	1673/2016	Memorando	Referente Solicitação de Auditoria 109/2016 DIRFA/CONANP/SUBCI/CGDF	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	9588/2016	Ofício	Aposentadoria de Analides	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9571/2016	Ofício	Pregão eletrônico 166/16 - ata de registro de preços para eventual aquisição de medicamento	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9398/2016	Ofício	Encaminha a Decisão 4.645/2016- inspeção	CTINF	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9721/2016	Ofício	Auditoria de regularidade realizada na SES aprovado plano geral de ação para 2014 constante do Processo 35.964/2013	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	9723/2016	Ofício	Pensão civil em favor de Sônia Maria	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9521/2016	Ofício	Esclarecimento prestados pela empresa CIAL	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9725/2016	Ofício	Pensão civil - Valdezir Costa	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9727/2016	Ofício	Acompanhamento da execução do contrato 78/2014 SES empresa Pace Med Comércio	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	05-1836/2013	Nota de auditoria	Monitoramento da auditoria operacional de avaliação da quantidade dos serviços de saúde prestada na rede de atenção às urgências e emergências nesta rede pública de saúde	SAIS	Auditoria
DF	UCI	TCDF	9340/2016	Ofício	Processos de concessão de aposentadoria, pensões e respectivas revisões	SUGEP	Decisão
DF	UCI	DINAC/COLIC/S UBCI/CGDF	23/2016	Solicitação de auditoria	Auditoria de acompanhamento de gestão - auditora Aldenira	FSDF	Auditoria
DF	UCI	TCDF	9621/2016	Ofício	Encaminha o Despacho Singular 290/2016-GCMA	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9740/2016	Ofício	Admissões no cargo de técnico em saúde	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9563/2016	Ofício	Representação 18/2016 CF do MP junto a corte com pedido de medida cautelar versando sobre irregularidade nos contratos de gestão firmados entre a SES instituto do câncer infantil e pediatria	SUPLANS	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
					ICIPE		
DF	UCI	SUBCONTROLADORA	1/2016	Solicitação de auditoria	Relatório programa de fiscalização em antes federativos 201601581 - CGU solicitação de auditoria nº 01/2016-CGDF	TALITA	Auditoria
DF	UCI	DIAOS/COLES/SUBCI/CGDF	8/2016 - 06/2016	Solicitação de auditoria	Construção do Bloco II do Hospital da Criança	LARISSA	Auditoria
DF	UCI	DIAOS/COLES/SUBCI/CGDF	10/2016	Solicitação de auditoria	Construção do Bloco II do Hospital da Criança	LARISSA	Auditoria
DF	UCI	UCI/SES	1701/2016	Memorando	Nota de Auditoria nº 03-35.025/2015-tcdf-vinculado 1523970/2016	SUAG	Auditoria
DF	UCI	TCDF	03-35.025/2015	Nota de auditoria	Auditoria de regularidade - bens móveis permanentes	SUAG	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	9398/2016	Ofício	Encaminha a Decisão 4.645/2016 inspeção autorizada por meio de despacho singular com a finalidade de verificar a real situação da rede corporativa metropolitana do GDF - Rede GDFNET	CTINF	Decisão
DF	UCI	CONEX/SUBCI	18/2016	Solicitação de auditoria	Cópias por meio magnético do Contrato 82/2013-SES e outras informações	CTINF	Auditoria



UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	TCDF	06-1836/2013	Nota de auditoria	Monitoramento da auditoria operacional de avaliação da quantidade dos serviços de saúde prestada na rede de atenção às urgências e emergências nesta rede pública de saúde	SVS	Auditoria
DF	UCI	TCDF	9424/2016	Ofício	Possíveis irregularidades advindas da apresentação de documentos falsos para investidura em cargos públicos ou mesmo para a obtenção de vantagens	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9755/2016	Ofício	Admissões no cargo de técnico em saúde	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9756/2016	Ofício	Admissões no cargo de técnico em saúde- médico	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GAB/CGDF	1028/2016	Ofício	Conhecimento e tomada de providência em face de Nota Técnica 04/2016-COMOT/SUBCI	FUNDO	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	9248/2016	Ofício	Avaliar as condições de acessibilidade para pessoa com deficiência ou mobilidade	SULIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9737/2016	Ofício	Decisão 4.785/2016 - reitera Decisão 4.405/2014 TCDF	SULIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9846/2016	Ofício	Editais do pregão eletrônico, aquisição de medicamentos anti-infecciosos gerais para uso sistêmico	SUAG	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	9893/2016	Ofício	Representação nº 37/2012-DF acerca de possíveis irregularidades na terceirização de serviço médico	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	01/2016-2.928/2016	Nota de inspeção	Solicitação de processo 060.013527/2012	SAIS	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	9857/2016	Ofício	Exame de dez admissões efetuadas pela SES	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9855/2016	Ofício	Representações formuladas pelas empresas Ipanema Segurança e Ipanema Em face de possíveis irregularidades	FUNDO	Decisão
DF	UCI	TCDF	04-35.025/2015	Nota de auditoria	Solicitação de Processo 060.013527/2012-411.000282/2008-060.005611/2010-060.010012/2015-060.009397/2013	RONAN	Auditoria
DF	UCI	DIRFA/CONAP/SUBCI	107/2016	Solicitação de auditoria	Auditoria em curso na folha de pagamento	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	DIRFA/CONAP/SUBCI	109/2016	Solicitação de auditoria	Auditoria em curso na folha de pagamento	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	DIRFA/CONAP/SUBCI	117/2016	Solicitação de auditoria	Auditoria em curso na folha de pagamento	42639	Auditoria

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	9848/2016	Ofício	Auditoria levada a efeito na SES/DF no período de fevereiro a abril de 2014 em cumprimento ao plano geral de auditoria 2013	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	9572/2016	Ofício	Tomada de contas especial instaurada para apurar a ocorrência de possíveis prejuízos decorrentes da perda de validade de grande quantidade de medicamentos destinados a dietas enterasi	SUGEP	Decisão
DF	UCI	SUGEP	419/2016	Memorando	Referente a solicitação de auditoria 126/2016 DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	10220/2016	Ofício	Pregão Eletrônico 34/2016	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9967/2016	Ofício	Decisão 4975/2016 -TCDF	SULIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10098/2016	Ofício	Aposentadoria de Maria Celeste Galvão Azevedo	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10302/2016	Ofício	Atenção integral aos pacientes portadores de coagulopatias	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10334/2016	Ofício	Decisão 5.110/2016	SUPLANS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10015/2016	Ofício	Auditoria operacional realizada na SES	SUPLANS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10027/2016	Ofício	Aposentadoria de José Domingos Araújo	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	10091/2016	Ofício	Análise do pregão eletrônico por SRP 71/16 SES aquisição de medicamento	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9972/2016	Ofício	Pensão civil por Evandro De Oliveira Cunha	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10052/2016	Ofício	Edital de Pregão Eletrônico 128/15	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	06-35.025/2015	Nota de auditoria	Auditoria de regularidade - bens móveis permanentes	SUAG	Auditoria
DF	UCI	DIAPG/COAPG/SUBCI	108/2016	Solicitação de auditoria	Programa 6202- Brasília Saudável	SAIS	Auditoria
DF	UCI	TCDF	01/2016-26187/2016	Nota de inspeção	Dividas reconhecidas pela SES/DF para pagamento de serviços de internação em leitos de Unidades De Terapia Intensiva - UTI	FUNDO	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	10100/2016	Ofício	Decisão 5.040/2016 aposentadoria de João Alves	SUGEP	Decisão
DF	UCI	MINISTÉRIO DA SAÚDE/DAB/SAS	1774/2016	Ofício	Irregularidade no âmbito da atenção básica/estratégia saúde da família 2º ciclo do programa de fiscalização em antes federados referente ao Ofício nº 15074/2016 -DC/SFC/CGU	CHEFE	Auditoria
DF	UCI	TCDF	10404/2016	Ofício	Representação formulada pela empresa Pick Up Center Tecnologia em Pick Up's e Caminhões Ltda	SULIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	10083/2016	Ofício	Aposentadoria de vários	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	10294/2016	Ofício	Atos aposentadoria de servidores da SES incluídos no modulo de concessões	SUPEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10295/2016	Ofício	Pensão civil - efgencia de Fátima de Oliveira	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10296/2016	Ofício	Contratação para emprego de agente comunitário de saúde	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10085/2016	Ofício	Atos aposentadoria	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10082/2016	Ofício	Admissões no cargo de enfermeiro pela SES	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	9751/2016	Ofício	Representação 001/2016 DF MP junto à corte acerca da necessidade de o TCDf fiscalizar como DF vem tratando o combate ao mosquito aedes aegypti	SVS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10366/2016	Ofício	Auditoria integrada realizada na SES DF para exame da legalidade e da economicidade do contrato 221/2011 firmado entre SES/DF empresa Task Sistemas Computação	CTINF	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10353/2016	Ofício	Contrato nº 018/2014 SES firmado entre a SES/DF e a ITMS do brasil	SUAG	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	10398/2016	Ofício	Representação nº 10/2012 MF, MP junto a corte acerca da avaliação da regularidade dos serviços contratados para a realização de mutirões de procedimentos cirúrgicos e consulta clínica	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10211/2016	Ofício	Edital de concorrência 3/2005 mediante o qual a SES divulgou a realização de certame licitatório tendo por objeto a contratação de empresa especializada para executar a reforma do bloco de internação do HBDF	SULIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	02/2016-2928/2016	Nota de inspeção	Solicitação de Processo 060.007720/2013 e 060.003750/2014 e 060.002651/2015 - Parecer 279/2016-CF	CORREGE	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	10200/2016	Ofício	Auditoria realizada pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle DF na área de gestão de pessoal da SES objetivando o julgamento das contas referentes ao exercício de 2011	SUGEP OU FUNDO	Decisão
DF	UCI	TCDF	01/2016-15110/2012	Nota de inspeção	Cópia dos processos 060.002878/2010 - 060.013941/2011 - 411.000317/2010	SAIS	Inspeção

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	TCDF	02/2016-14.260/2014	Nota de inspeção	Solicitação de processo prestação de serviços de limpeza e conservação nos anos 2013 e 2014	SULIS	Inspeção
DF	UCI	TCDF	10468/2016	Ofício	Versando sobre possíveis irregularidades no exercício de administração ou gerência de sociedades empresariais por servidores da SES	SUGEP	Decisão
DF	UCI	TCDF	10194/2016	Ofício	Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa e dos agentes de material da SES referente ao exercício de 2008	FUNDO	Decisão
DF	UCI	DIAPG/COAPG/SUBCI	113/2016	Solicitação de auditoria	Programa 6202-brasilia saudável	SAIS	Auditoria
DF	UCI	TCDF	07-35025/2016	Nota de auditoria	Auditoria de regularidade - bens móveis permanentes	SULIS	Auditoria
DF	UCI	DIPAG/COPDF/SUCOR/CGDF	15/2016	Ofício	Encaminha publicação de decisão -processo administrativo disciplinar		Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10511/2016	Ofício	Edital do Pregão Eletrônico por SRP 177/2016 elaborado pela SES/DF visando à formação de ata de registro de preços para eventual aquisição de formulas para fins especiais aos pacientes cadastrados no programa de terapia de nutrição enteral domiciliar	SUAG	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	DIAPG/COAPG/SUBCI	115/2016	Solicitação de auditoria	Programa 6202-Brasília Saudável	JEFFERSON	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	10537/2016	Ofício	Inspeção realizada no âmbito da SES para exame das questões constantes dos documentos acostados ao processo 1818 desentranhados pelas decisões 1709/2004	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	01/2016-21.008/2015	Nota de inspeção	Aquisição de testes para hemograma completo em equipamento de análise automatizada	SUAG	Inspeção
DF	UCI	TCDF	10587/2016	Ofício	Aposentadoria do servidor Ricardo Silva	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10817/2016	Ofício	Representação apresentadas pela empresa Apecê Serviços Gerais Ltda arguindo suposta irregularidades praticadas pela SES Contratos Emergenciais 223/2014 e 034/2015 celebrados com a representante para a prestação de serviços de limpeza nos estabelecimentos de saúde daquela pasta	SULIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10583/2016	Ofício	Aposentadoria Alci de castro matos	SUGEP	Decisão



UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	10789/2016	Ofício	Objetivo de avaliar a regularidade identificada em fiscalização tratada no Resolução 273/14 em razão de irregularidade identificada em fiscalização tratada em fiscalização - Multidata	CTINF E SUAG	Decisão
DF	UCI	SEACOMP	560/2016	Ofício	Representação redigida pela Empresa Distrital Médico Hospitalar- Edital do Pregão Eletrônico 275/2015 com supostas nulidades pois teria contemplado exigência que restringiu indevidamente o caráter competitivo do certame	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10821/2016	Ofício	Representação oferecida pelo Sindicato dos Servidores Integrados da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbana do DF - SINDAFIS - Acerca de possível irregularidades no cancelamento do adicional de insalubridade dos servidores da especialidade vigilância sanitária lotados na secretaria de saúde	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10676/2016	Ofício	Home- acerca de inadimplemento contratual por parte da SES em relação ao Contrato 014/2010 SES/DF	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10881/2016	Ofício	Pregão eletrônico pelo sistema de registro de preços 152/2016 lançado pela SES tendo por objeto a eventual aquisição de medicamento	FUNDO	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	CGE/GAB	1958/2016	Ofício	Relatório conclusivo de auditoria de conformidade 164/2016- SCI/CGE	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	10764/2016	Ofício	Representação nº 03/16-da oferecida pelo MP junto à corte alertando sobre possíveis irregularidades ocorridas na elaboração de projetos básicos e na fiscalização de obras pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - acessibilidade no estacionamento da clínica da família	SULIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10670/2016	Ofício	Averiguar a veracidade de denúncias veiculadas na mídia local acerca de possíveis irregularidades na gestão do fundo de saúde do DF	FUNDO	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10741/2016	Ofício	Publicou o edital do pregão eletrônico 275/2015 com supostas nulidades pois teria contemplado exigência que restringiu indevidamente o caráter competitivo do certame	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10777/2016	Ofício	Admissão de pessoal	SUGEP	Decisão
DF	UCI	CGAUD/DENASUS/SGEP/MS	103/2016	Ofício	Realização de auditoria DENASUS - realizará no período de 07 a 14 novembro de 2016	SAIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	10831/2016	Ofício	Pedido de prorrogação de prazo formulada pela SES DF por meio do Ofício 2103/2016-GAB	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	11092/2016	Ofício	Despacho Singular 526/2016 empresa Ipanema	FUNDO	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11103/2016	Ofício	Licitação registro de preço 17/2015	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11089/2016	Ofício	Despacho singular 527/2016 GCIM-representação	FUNDO	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11004/2016	Ofício	Auditoria levada a efeito na SES no segundo semestre de 2012 em cumprimento ao plano geral de auditoria de 2012	SUGEP	Decisão
DF	UCI	SECONT	66/2016	Ofício de diligência saneadora	Decisão 3183/2016	SUGEP	Decisão
DF	UCI	HCB	1235/2016	Ofício	Informa solicitação da CGDF - solicitação de auditoria 05/2016- DIMAI/COMOT/SJUBCI/CGDF	FUNDO	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	11161/2016	Ofício	Contratos celebrados entre o distrito federal por intermédio da SES decorrentes do edital credenciamento n 02/2012 tendo por objeto a contratação de estabelecimento prestadores de serviços de ressonância magnética nuclear	SUAG	Decisão
DF	UCI	SECONT	485/2016	Ofício	Decisão 2.391/2014	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	11043/2016	Ofício	Representação 23/2016 MP junto a corte noticiando o recebimento de denúncias que tratam a falta de geradores para marca-passos definitivo e provisório no HBDF	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	10960/2016	Ofício	Admissão de pessoal	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11120/2016	Ofício	Pregão presencial 049/11 lançado pela SEPLAG para contratação de empresa especializada na prestação de serviços manutenção	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11146/2016	Ofício	Representação 04/2015-cf MP acerca de possíveis irregularidades o contrato 86/2014 firmado entre a SES/DF empresa Confederal Vigilância de Transportes de Valores	TCE	Decisão
DF	UCI	DPU/2CATDF/O FDHTC/2CATDF	29/2016	Ofício	Encaminha relatório de vistoria no hospital de base do DF com recomendações e requisição de informações	SAIS	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	10959/2016	Ofício	Admissão de pessoal	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	1129/2016	Ofício	Pregão Eletrônico pelo 187/2016	SUAG	Decisão
DF	UCI	CGAUD/DENAS US/SGEP/MS	108/2016	Ofício	Realização de auditoria	KATHERINE	Auditoria

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	11233/2016	Ofício	Pregão Eletrônico 314/2015- visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação	SUAG	Decisão
DF	UCI	GAB/CGDF	1202/2016	Ofício	Informativo de Ação de Controle nº 02/2016 DIATI/COLES/SUBCI	CTINF	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	10947/2016-GP	Ofício	Decisão nº 5515/2016-TCDF	SUGEP	Decisão
DF	UCI	TCDF	10975/2016	Ofício-GP	Decisões	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11178/2016-GP	Ofício	Admissão de pessoal pedido de prorrogação de prazo	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11181/2016-GP	Ofício	Admissão de pessoal pedido de prorrogação de prazo	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11179/2016-GP	Ofício	Admissão de pessoal pedido de prorrogação de prazo	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GAB/CGDF	1238/2016	Ofício	Solicitação de manifestação	KATHERINE	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	11150/2016	Ofício	Admissão de pessoal	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11349/2016	Ofício	Representação nº 24/2016 CF-MP ao TCDF noticiando a publicação no DODF extrato do contrato 073/2016 pelo qual a SES mediante dispensa de licitação contratou	suag	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
					emergencialmente a empresas Goiânia Home Care		
DF	UCI	TCDF	32.624/2016-1	Nota de inspeção	Representação pela Apecê Serviços Gerais supostas irregularidades Contratos Emergenciais 223/2014 e 034/2015 solicitação de processos 060.002098/2016 e outros	CLAUDIA	Inspeção
DF	UCI	TCDF	02/2016-26.187/2016	Nota de inspeção	Divida reconhecidas pela SES para pagamento de serviços de internação em leitos de UTI	FUNDO	Inspeção
DF	UCI	TCDF	02/2016-2928/2016	Nota de inspeção	Reitera-se a nota de inspeção 02/2016 - Parecer 279/2014-CF	FUNDO	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	11262/2016	Ofício	Contratos 17/2009 SES e 59/2008 celebrados pela SES com a fundação universitária de cardiologia e A Fundação Zerbini/Incor DF respectivamente para o oferecimento de atendimento médico de média e alta complexidade na especialidade de cardiologia	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11243/2016	Ofício	Auditoria realizada no sistema integrado de saúde do DF no programa de modernização tecnológica das unidades assistenciais da SES-PMTUAS	CTINF	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	11402/2016	Ofício	Despacho Singular 495/2016	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	7688/2016	Ofício	Admissões no cargo de técnico em saúde	SUGEP	Decisão
DF	UCI	SECONT	68/2016	Ofício de diligência saneadora	Referente 21/11/2016 Processo 23.340/2016 prestação de contas anual da real sociedade espanhola beneficência (ações e serviços de saúde) referente ao exercício de 2009	SUGEP	Decisão
DF	UCI	PR/CGU	201604641/001	Solicitação de Fiscalização	Franquear acesso dos servidores ao HUB/BASE/HRT	SAIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	11498/2016	Ofício	Pregão Eletrônico 194/2016 da SES visando registro de preço para eventual aquisição de medicamento do Grupo 1a	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11443/2016	Ofício	Despacho Singular 354/2016	SAIS	Decisão
DF	UCI	DIRFA/CONAP/SUBCI	126/2016	Solicitação de auditoria	Auditoria em curso na folha de pagamento do poder executivo do DF	SUGEP	Auditoria
DF	UCI	MS-DENASUS	02-AUDITORIA 17.123	Comunicado de auditoria	Auditoria na oncologia - Curso MAC	KATHERINE	Auditoria
DF	UCI	PR/CGU	201604641/002	Solicitação de Fiscalização	Fornecer login e senha para acesso a internet	RONAN	Auditoria

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	11403/2016	Ofício	Decisão 5.617/2016 - auditoria de regularidade realizada na SES tendo como objeto o exame da contratação e da execução dos serviços de nefrologia nos exercícios de 2014 e 2015 prestados por clinicas privadas para atender pacientes renais crônicos dependentes da terapia renal substitutiva	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11697/2016	Ofício	Representação nº 08/2014-CF do MP junto a corte que tratam de possíveis irregularidades na contratação da empresa Intesicare Gestão em Saúde Ltda	FUNDO/SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11756/2016	Ofício	Pregão eletrônico por sistema de registros de preços 199/2016 SES visando a contratação de empresa para prestação de serviços de manipulação e fornecimento de nutrição parenteral total manipulada, como forma complementar enquanto a SES estiver impossibilitada de atender a demanda dos pacientes internados que necessitam de terapia nutricional parenteral, nas unidades hospitalares da SES com sede em Brasília e regiões administrativas	suag	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11557/2016	Ofício	Representação possíveis irregularidades na	SAIS	Decisão



UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
					terceirização da pediatria do HBDF		
DF	UCI	GAB/DS/SFC-CGU	19572/2016	Ofício	Apresentação da equipe de fiscalização Processo: 00190.107353/2016-15	SAIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	11673/2016	Ofício	Edital do Pregão Eletrônico 201/16 SES - visando registro de preços para eventual aquisição de nove itens de medicamentos do Grupo V	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11695/2016	Ofício	Aferição do cumprimento pelo GDF- limite mínimo de Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Público de Saúde - ASPS	FUNDO	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11541/2016	Ofício	Verificação de possíveis irregularidades na aquisição de invólucros para cadáver pela SES	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11754/2016	Ofício	Inspeção com vistas ao acompanhamento da execução do contrato 78/2014 firmado entre a SES/DF e a Sociedade Empresária Pace Med cujo objeto consiste na aquisição de solução robótica	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11808/2016	Ofício	Decisão 5.865/2016 Processo 29.324/2010.	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11864/2016	Ofício	Auditoria operacional	SAIS	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	12063/2016	Ofício	Representação oferecida pelo Sindmédico acerca de possível omissão da SES/DF quanto ao dever de responder a petições de servidores recém-ingressos naquela pasta	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11944/2016	Ofício	Representação 18/2016-cf MP junto com pedido de medida cautelar versando sobre irregularidades nos contratos de gestão firmados entre a SES/DF e o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria ICIPE- dar ciência	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11916/2016	Ofício	Verificação do cumprimento da liberação constante do item IV da Decisão 3.963/2014 execrada nos autos do processo 22099/2013 referente ao fornecimento de serviço de nutrição parenteral aos pacientes da rede da saúde do df	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12143/2016	Ofício	Pregão Eletrônico por SRP 197/2016 SES tendo por objeto a aquisição de medicamento do grupo a aparelho digestão	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12182/2016	Ofício	Representação formulada pela empresa Ipanema	FUNDO	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12183/2016	Ofício	Representação formulada pela empresa Ipanema	FUNDO	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	17/2016	Ofício circular	Consulta formulada pela SES segurança pública DF visando esclarecer se o sigilo médico ampara o não fornecimento CID ao TCDF via preenchimento no SIRAC para análise de concessão de aposentadoria	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12203/2016	Ofício	Representação oferecida pelo sindicato dos médicos do DF Sindmédico DF versando sobre possível irregularidade na gestão de recursos humanos da SES consiste na omissão em responder pleito de adicional de insalubridade dos médicos recém empossados que atuam em condições insalubres	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12144/2016	Ofício	Admissão de pessoal	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11808/2016	Ofício	Representação nº 15/2010 CF-1/2 por meio da qual o MP com suporte em fiscalização realizada pelo tribunal de contas da união - TCU requereu a adoção de medidas em face a deficiência apresentada pela SES nas aquisições de fatores de coagulação	SAUG/NJUD/FH	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12345/2016	Ofício	Despacho Singular 523/2016-GC/PT licitação processo 37.235/2016	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12341/2016	Ofício	Despacho Singular 351/2016	SUAG	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	18/2016	Ofício	Representação 28/2012 CF	ASCOM	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12253/2016	Ofício	Representação nº 27/2014- MP junto acerca de indícios de irregularidades na dispensa de licitação tratada no processo n 060.011423/2013 referente a locação em caráter emergencial de kit oxigenoterapia domiciliar de baixo fluxo pela SES/DF	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	19/2016	Ofício	Auditoria operacional que tem por objeto avaliar o nível de transparência dos órgãos integrantes da administração DITEA do DF bem como aferir o cumprimento das Leis 3.965/07 e 4.990/12	OUIDORIA	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12136/2016	Ofício	Auditoria realizada para avaliar a regularidade da aquisição armazenamento e dispensação de órtese, prótese e materiais especiais no âmbito da SES em cumprimento ao plano de ação para 2015 conforme determinação contida Decisão 5.476/2012	SAIS	Decisão
DF	UCI	DENASUS	1096/2016	Ofício	Relatório de Auditoria 15.927, 15.980 e 15.981	SAIS	Auditoria
DF	UCI	DENASUS	963/2016	Ofício	Encaminha planilha de devolução	FUNDO	Auditoria

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	12281/2016	Ofício	Exame da contratação por dispensa de licitação efetuada pela SES DF tendo por objeto a prestação de serviços de limpeza, preparo, embalagem e esterilização por oxido de etileno de produto médico termossensível	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12269/2016	Ofício	Admissibilidade do recurso interposto pelo MP junto a corte em face da Decisão 5.109/2016	SUAG	Decisão
DF	UCI	DENASUS	1097/2016	Ofício	Relatório de Auditoria 15.927, 15.980 e 15.981	SAIS	Auditoria
DF	UCI	TCDF	02/2016-2928/2016	Nota de inspeção	Solicitação do Processo 060.002651/2015	CLAUDIA	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	12402/2016	Ofício	Auditoria de regularidade realizada na SES fundo de saúde do DF na fundação hemocentro visando apurar in loco se determinadas despesas relacionadas à aplicação mínima de recursos em ações e serviços público de saúde relativas ao exercício de 2013	FUNDO	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12424/2016	Ofício	Licitação	SUAG	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12511/2016.	Ofício	Representação da empresa Brasília Segurança S/A	FUNDO	Decisão
DF	UCI	SECONT	69/2016	Ofício	Prestação de contas anual dos gestores do fundo de transporte público coletivo do DF	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	05/2016	Nota de inspeção	Solicitação a resposta GAB/SUPLANS 07/12/2016-UTI	SUPLAN	Inspeção
DF	UCI	MTF- CGU	201604641/002	Solicitação de Fiscalização	Procedimentos de quimioterapia	SAIS	Auditoria
DF	UCI	MTF- CGU	201604641/004	Solicitação de Fiscalização	Procedimentos de quimioterapia	SAIS	Auditoria
DF	UCI	MTF- CGU	201604641/005	Solicitação de Fiscalização	Procedimentos de quimioterapia	SAIS	Auditoria
DF	UCI	MTF- CGU	201604641/003	Solicitação de Fiscalização	Procedimentos de quimioterapia	SAIS	Auditoria
DF	UCI	GP-TCDF	12579/2016	Ofício	Encaminha o Despacho Singular 598/2016- que concede prorrogação de prazo para cumprimento de decisão - exame da legalidade de admissões no cargo de médico especialidade oftalmologia realizada pela SES decorrente de aprovação no concurso público regulado pelo Edital 3/2010 - neta fase: ingresso de pedido de dilação de prazo formulado pela SES/DF	SUGEP	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
DF	UCI	GP-TCDF	12533/2016	Ofício	Auditoria integrada na atenção básica em saúde, levada a efeito no âmbito da SES/DF para avaliar o alcance e a qualidade da cobertura assistencial do DF prestada	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	03/2016-2928/2016	Nota de inspeção	Informa que foi tornada sem efeito a segunda reiteração a segunda reiteração da nota de inspeção 02/2016	CLAUDIA	Inspeção
DF	UCI	GP-TCDF	12475/2016	Ofício	Acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do DF referente ao primeiro semestre de 2016 com finalidade de subsidiar a elaboração do relatório analítico e parecer prévio sobre as contas do governo	FUNDO	Decisão
DF	UCI	TCDF	12574/2016	Ofício	Atos de aposentadoria de servidores da SES/DF incluídos no módulo de concessões do SIRACA	SUGEP	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12656/2016	Ofício	Ofício 170/2014 CF-MP sobre a necessidade de fiscalização desta corte no contrato 97/2014 que trata da contratação de Unidade Móvel de Saúde da Mulher - UMSM para atuar na região do entorno do DF	SAIS	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	12688/2016	Ofício	Contrato 118/2013 SES firmado entre SAS Empresa Webmed Soluções em Saúde tendo por objeto a aquisição de materiais de consumo para	TCE	Decisão

UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
					analisador		
DF	UCI	GP-TCDF	12766/2016	Ofício	Representação 01/2016 CF-MP junto corte versando sobre possíveis irregularidades no processo de qualificação das entidades grupo de apoio a medicina preventiva e a saúde pública MP	SUPLAN	Decisão
DF	UCI	GP-TCDF	11891/2016	Ofício	Representação nº 16/2016 CF-oferecida pelo MP junto a esta corte sobre possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do hospital regional do Paranoá unidade da SES/DF consistente em pagamento irregular de horas em decorrência de manipulação de escalas nos sistemas Trakcare e Forponto declarações falsas, fraudes e possível desvio de função de servidores de tais horas extra		Decisão
DF	UCI	CGDF	1351/2016	Ofício	Informativo de ação de controle nº 07/2016, trabalho de auditoria de acompanhamento de gestão realizada na secretaria de planejamento.	FSDF	Decisão
DF	UCI	TCDF	12753/2016	Ofício	Representação nº 18/2015 do MP fiscalização da execução dos respectivos pagamentos do contrato nº 78/2013 celebrado pela SES/DF e	SULIS	Decisão



UF	Órgão Responsável	Demandante	Doc. da Demanda	Tipo de Demanda	Finalidade	Unidade Predominante	Tipo de Solicitação
					empresa GVP		
DF	UCI	CGDF	1354/2016	Ofício	Relatório de auditoria especial nº 04/2016	SULIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	12935/2016	Ofício	Representação nº 23/2016 do MP sobre denúncias da falta de geradores para marca-passos definitivo e provisório, no HBDF.	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	12751/2016	Ofício	Auditoria operacional para avaliar a qualidade dos serviços da rede de atenção psicossocial da SES/DF	SAIS	Decisão
DF	UCI	TCDF	13100/2016	Ofício	Possível suspensão dos serviços de lavanderia, por falta de pagamento do GDF.	SULIS	Decisão
DF	UCI	CGDF	157/2016	Solicitação de Auditoria	Programa 6202 - Brasília Saudável - solicitação de processos	SAIS	Auditoria

Fonte: UCI/SES-DF, jan-dez/2016.

#### 4. PROFISSIONAIS SUS

PROFISSIONAIS SUS (Fonte: CNES)	
<b>AUTONOMO</b>	
Tipo	Total
Consultoria	1
Intermediado p/ Entidade Filantropica e/ou Sem Fins Lucrativo	1
Intermediado por Empresa Privada	105
Pessoa Física	30
Pessoa Jurdica	14
Sem Intermediação (RPA)	8
Sem Tipo	25
<b>TOTAL</b>	<b>184</b>
<b>BOLSA</b>	
Tipo	Total
Bolsista	88
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>
<b>ESTAGIO</b>	
Tipo	Total
Sem Tipo	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>
<b>INFORMAL</b>	
Tipo	Total
Contratado Verbalmente	10
Voluntariado	2
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>
<b>INTERMEDIADO</b>	
Tipo	Total
Autônomo	12
Celetista	1.547
Cooperado	4
Empregado Público Celetista	3
<b>TOTAL</b>	<b>1.566</b>
<b>OUTROS</b>	
Tipo	Total
Bolsa	41
Contrato Verbal/Informal	6
Proprietário	12

<b>PROFISSIONAIS SUS (Fonte: CNES)</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>
<b>RESIDÊNCIA</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Total</b>
Residente	882
Sem Tipo	90
<b>TOTAL</b>	<b>972</b>
<b>VINCULO EMPREGATICIO</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Total</b>
Cargo Comissionado	194
Celetista	1.191
Contrato por Prazo Determinado	827
Emprego Público	835
Estatutário	29.735
Sem Tipo	301
<b>TOTAL</b>	<b>33.083</b>

**5. RELATÓRIO EPIDEMIOLÓGICO SOBRE MORTALIDADE GERAL, 2015 (GIASS/DIVEP/SES-DF, (apensado, 41 p.).**

**6. RELATÓRIO EPIDEMIOLÓGICO SOBRE ÓBITOS MATERNOS NO DF-2015 (apensado, 13 p.).**

**7. BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO MORTALIDADE INFANTIL – 2015 (apensado 8p.).**

**8. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO PELO CSDF**

Apreciação do Relatório Anual de Gestão - RAG 2016 (Processo de nº 0060.003769/2017) pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal - CSDF, EM 2017.